



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Pais Meninos: Deseducados ou
Desinteressados?

Anita Fernandes Souza Pinto

Rio de Janeiro

2008



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCÂNTARA GOMES

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Pais Meninos: Deseducados ou
Desinteressados?

Anita Fernandes Souza Pinto

Trabalho Final apresentado ao Departamento de Ensino de Ciências e Biologia, do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no Ensino de Ciências.

Rio de Janeiro

2008



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCÂNTARA GOMES

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Pais Meninos: Deseducados ou
Desinteressados?

Anita Fernandes Souza Pinto

Orientador: Vera Maria de Sá Antunes Filgueiras

Aprovada em ____ de _____ de 2008

Prof.: _____

Prof.: _____

Rio de Janeiro

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Pinto, Anita Fernandes Souza.

“Pais Meninos: Deseducados ou Desinteressados?” / Anita Fernandes Souza Pinto - 2008

p. : 86

Orientador: Vera Maria de Sá Antunes Filgueiras

Monografia (Especialização) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes.

1. paternidade adolescente 2. interesse. 3. educação. 4. Teses. I. Filgueiras, Vera Maria de Sá Antunes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes. III. Título

"O descontentamento é o primeiro passo na evolução de um homem ou de uma nação."

Oscar Wilde (1854 – 1900)

DEDICATÓRIA

A todos os meus alunos, que com suas diversidades e peculiaridades, vêm me mostrando o sentido de se acreditar na Educação, e em todo o seu poder de democratização e socialização, autonomia e transformação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus alunos pela ajuda na pesquisa, na pronta disposição em colaborar e por me ajudarem a perceber, a cada dia, o quão desafiador e gratificante é o universo da Educação.

À direção do Colégio Estadual Jardim Alvorada, por permitir que eu pudesse aplicar o questionário aos alunos.

À professora Vera Filgueiras, minha orientadora, pelas valiosas críticas, sugestões, palavras de incentivo, disponibilidade e paciência, fundamentais na elaboração desse trabalho.

À minha irmã e grande amiga Juliana pelas contribuições diversas, pelo carinho e incentivo.

A todos, professores, colegas e familiares, que direta ou indiretamente, contribuíram para mais uma etapa nesta trajetória.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Idade dos alunos	41
Tabela 2	Número de alunos por ano/ série	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	De quem é a responsabilidade por uma gravidez não planejada?	42
Figura 2	Quais métodos contraceptivos você conhece? (Você pode marcar mais de uma resposta).	43
Figura 3	Você já teve relação sexual?	44
Figura 4	Você já utilizou algum dos métodos contraceptivos citados acima?	45
Figura 5	Qual (is) método (s) você utilizou?	46
Figura 6	Você tem dúvida sobre os métodos contraceptivos?	48
Figura 7	Caso você tenha respondido SIM à pergunta anterior, com quem você tira essas dúvidas? (Você pode marcar mais de uma resposta).	49
Figura 8	Você discute e conversa sobre planejamento familiar (como planejar e/ou evitar uma gravidez) em que ambiente ou com quem? (Você pode marcar mais de uma resposta).	51
Figura 9	Você já conversou com algum (a) professor (a) sobre gravidez na adolescência?	53
Figura 10	Caso converse com algum (a) professor (a), de qual matéria ele (a) é?	54
Figura 11	Você acha mais fácil falar do tema, na escola, com:	56
Figura 12	É de seu conhecimento, após a relação sexual, ter engravidado a parceira?	57
Figura 13	Caso sua parceira tenha engravidado, qual foi sua reação?	59
Figura 14	Caso você tenha sugerido um aborto, a parceira o fez?	62

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	vii
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1-INTRODUÇÃO	1
2- OBJETIVO	7
3 - UM BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE	
3.1- Perspectivas de relativização: a plasticidade dos valores sexuais ao longo da construção das sociedades.	8
3.2 – A gravidez precoce: diferentes perspectivas histórico-socias.	11
4- A QUESTÃO DO GÊNERO.	
4.1- Identidade de gênero: como o adolescente se vê diante da questão de contracepção.	14
4.2 - O jovem de homem de hoje.	16
4.3- Papel de menina X papel de menino: quem é o responsável por planejar uma gravidez?	18

5 - A GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS DIFERENTES IMPLICAÇÕES.	19
6 - A EDUCAÇÃO FORMAL	22
6.1 - A Escola como espaço de formação científica e moral.	24
6.2 - Os tabus sexuais como obstáculo a uma Educação Sexual democrática.	26
6.3 - Professores de Ciências e Biologia: mais capacitados para tratar a questão da Educação Sexual?	28
6.4 - O Ensino de Ciências e Biologia como ferramenta de informação, na área de Sexualidade Humana.	30
7 – APRENDIZADO.	31
7.1 - Os meninos aprendem ou não sobre contracepção?	32
7.2 - “Para quê vou utilizar estas informações?” – perspectivas pessoais.	34
7.3 - A Teoria da Aprendizagem Significativa: uma abordagem em Saúde Sexual.	36
8 - METODOLOGIA.	38
9 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.	40
10 - CONCLUSÃO.	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	67
ANEXOS.	

RESUMO

Discutir as causas da gravidez na adolescência é lugar comum em estudos educacionais, de saúde e sócio-antropológicos. Contudo, o constante foco na adolescente grávida acaba por encobrir um ator igualmente importante no fenômeno da gestação precoce: o futuro pai adolescente. Se por um lado muitos especialistas atribuem o fato de as meninas engravidarem à falta de informação, deficiências na educação sexual, e até projetos de vida que, em um primeiro momento, não seriam convergentes com anseios esperados de um jovem – estudo, construção de uma carreira profissional –, os fatores que resultam em uma paternidade adolescente raramente são estudados. Mesmo sendo a paternidade precoce assunto de raros estudos, as recorrentes causas a ela atribuídas são também a falta de informação e de educação, sobretudo a formal. No entanto, trabalhos anteriores constataam que mesmo adolescentes teoricamente informados e educados, engravidam suas parceiras; tal situação leva à seguinte questão: os meninos tornam-se pais porque não são devidamente educados quanto ao planejamento familiar ou simplesmente não se interessam pelo assunto?

O objetivo do presente trabalho foi investigar que fator possui maior influência no processo de paternidade precoce: a falta de educação em questões de planejamento familiar ou de interesse em planejar uma gravidez. Para isso, foi aplicado um questionário semi-aberto a estudantes do sexo masculino, do Ensino Fundamental de uma escola estadual do município de Nova Iguaçu. Os resultados apontaram que educação e informação possuem uma interdependência fundamental e igual influência em atitudes que resultarão em uma vivência sexual saudável, consciente, responsável, e na paternidade como fato possível; não inexorável.

ABSTRACT

Discussing the causes of teenage pregnancy is very usual in education, healthy and socio-anthropological studies. However, the current focus in the pregnant teenager girl hides an important compound in the early pregnancy phenomenon: the young father. If on the other hand a lot of specialists attributes the early pregnancy to lack of information, sexual education deficiencies and even unusual life projects, the factors that may result in a teenage fatherhood are rarely investigated. Although the early fatherhood to be subject of rare studies, the frequent attributed causes of it are also the lack of information and education, specially the formal one. However, previous studies show up that even supposed informed and educated boys get pregnant; this situation leads to a question: the boys become fathers due to an inefficient family planning education or they simply are not interested in the subject?

The objective of the present work was to investigate which factor exerts the biggest influence in the early fatherhood process: the absence of a family planning education or the lack of interesting in planning a pregnancy. In order to verify that, a questionnaire was applied to basic education students of a state school in the municipality of Nova Iguaçu. The results suggest that education and information maintain a fundamental interdependence, beyond an equal influence in attitudes that may result in a healthy, conscientious and responsible sexual experience, and the fatherhood as a possibility, not an obligatoriness.

1. INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é considerada, pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), como aquela que ocorre entre 10 e 20 anos incompletos. Esse evento tem tomado cada vez mais espaço nos campos de Saúde Pública, Educação e Sociologia, sobretudo em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Ao mesmo passo em que a taxa de fecundidade brasileira vem declinando desde a década de 1960 (BERQUÓ, 1998), pelo surgimento da pílula anticoncepcional (e de outros métodos contraceptivos), muitos trabalhos nas áreas citadas descrevem o constante crescimento da taxa de fecundidade no período da adolescência. A fecundidade adolescente vem aumentando sua participação relativa na fecundidade total (BOZON; ENOCH, 1999).

Sendo considerada um problema social, a gravidez precoce necessita ser contextualizada sob diferentes perspectivas – a educacional, a sociológica e a epidemiológica. É também de grande relevância levantar as questões de gênero (HEILBORN *et al.*, 2002) nessa discussão, sobretudo as de papel e identidade de gênero. Dar crédito à primeira pode significar conhecer as expectativas depositadas nos jovens; dar crédito à segunda (igualmente importante) pode significar a tentativa de lançar um olhar mais cuidadoso sobre a maneira como estes jovens se vêm inseridos na sociedade onde vivem.

No entanto, a maioria dos estudos está focalizada na problematização da gravidez precoce sob o ponto de vista feminino. A maternidade adolescente, não raro, é considerada sinônima da própria gravidez na adolescência (BRANDÃO, 2003).

A paternidade adolescente não é recorrente na literatura sobre a gravidez no período em questão – a adolescência. Tal fato pode estar relacionado aos já arraigados papéis de

homem e de mulher, dentro dos quais está a responsabilidade da mulher no planejamento das gestações (GARCIA, 1998).

A contracepção é uma questão que vem de tempos remotos, e quase sempre esteve relacionada, a ações e estratégias que partem da mulher. No decorrer da história das sociedades humanas, alguns relatos curiosos podem nos evidenciar esse fato.

Em um papiro ginecológico egípcio, de cerca de 1900 a.C., foi achada a descrição de uma mistura de natro (um composto de carbono hidratado de sódio) com excremento de crocodilo, que teria propriedades anticoncepcionais, atuando como espermicida. Em alguns casos, a goma arábica era utilizada com o mesmo objetivo. Também havia a técnica de se inserir meio limão na vagina, um método contraceptivo popular na Roma antiga. (TAYLOR, 1997). Em culturas greco-romanas, na Antigüidade Clássica, já foram encontradas passagens que descreviam diversos métodos para evitar a gravidez – desde a ingestão de misturas com esterco de rato, de lesma e de pombo com carrapatos selvagens; a utilização de duchas e azeite de oliva na região íntima feminina após o coito, até o coito anal praticado pelas cortesãs. (CABRAL, 1995).

Hoje, as mulheres lançam mão de inúmeros métodos contraceptivos mais modernos, como o D.I.U. (dispositivo intra-uterino); o diafragma; a laqueadura; o preservativo feminino (ainda raramente utilizado); a injeção hormonal; os adesivos anticoncepcionais postos sobre a pele (também chamados de anticoncepcionais transdérmicos); o anel vaginal – que circunda a vagina e libera hormônios – e a pílula, que simbolizou um grande marco na história da revolução feminista na década de 1960.

No entanto, pouco se sabe sobre contracepção masculina ao longo da história da humanidade. Entre as poucas técnicas conhecidas, encontram-se a desenvolvida por Dioscórides (médico do século I), que consistia na ingestão, pelo homem, de um preparado

de uma planta chamada periklymenon durante 37, o que tornaria o homem “infértil” (TAYLOR, 1997); o controle da ejaculação pela pressão da base do pênis imediatamente antes do orgasmo, para provocar o refluxo do sêmen para a bexiga – o coito saxônico – que data do século V, na Inglaterra (GOLDENSON & ANDERSON, 1989); a técnica de conter a ejaculação através do controle da respiração, meditação, postura e pressão dos dedos – a *karezza* – ainda praticada em países orientais como a Índia. Esta prática não só tem aplicação na contracepção, como também aumentaria o prazer sexual. (*ibden*). Atualmente, podem ser citadas técnicas de contracepção masculina (considerando-se a participação ativa do homem) que incluem o preservativo, a vasectomia – que por ser associada, por alguns homens à castração (GIFFIN, 1994), está distante de se tornar um método amplamente utilizado – e a injeção hormonal.

Além de existirem menos registros sobre o uso de contraceptivos masculinos em relação aos femininos, a utilização ostensiva desses ainda está distante de ser significativa. No entanto, pode-se constatar que o preservativo masculino é o mais popular entre eles (CARVALHO *et al.*, 2001). Mas há uma ressalva: tal método ainda suscita certa resistência por parte dos homens. Expressões amplamente propagadas como “usar camisinha é como chupar bala com papel” são consideradas como verdades pertencentes a um senso comum.

Em se tratando dos adolescentes, o uso da camisinha (e de outros métodos contraceptivos) torna-se uma questão ainda mais delicada. Associada ao sentimento de invencibilidade e ao contexto social em que estão esses adolescentes (o que constitui um conjunto de perspectivas em relação ao futuro), está a inabilidade ao se tentar usar a camisinha. Quando a menina utiliza, por conta própria um método contraceptivo adicional (como a pílula), a relação sexual torna-se segura no sentido de contracepção; mas quando isso não acontece, o risco de uma gravidez não planejada é aumentado. É nesse cenário que

se instala a comum indagação: quem é o responsável por planejar uma gravidez? O menino ou a menina? E como cada um destes atores se posiciona diante da questão?

O ponto de vista sócio-cultural permeia toda a questão da gravidez na adolescência, período de grandes e conflitantes mudanças e transições, sejam elas fisiológicas e /ou psicológicas. Uma das transições mais marcantes desse período é o início do exercício da sexualidade com um (a) parceiro (a), o que vem junto à solidificação de uma série de práticas (antes teorias) relacionadas à contracepção.

Uma vez que a sociedade brasileira é marcadamente desigual no que tange as relações de gêneros, na adolescência essa desigualdade é ainda mais clara. O receio em relação ao que o “outro pensa” e que “opinião o outro vai formar sobre mim”, faz com que os adolescentes não consigam estabelecer um claro diálogo com seu parceiro em relação ao uso dos métodos contraceptivos.

As dificuldades nesse diálogo são reforçadas pela atitude dos homens (sobretudo os jovens), que, diante de relações sexuais casuais, encaram a contracepção como um problema feminino, mas que acabam por proferir a palavra final quanto ao uso de métodos que garantam uma relação sexual protegida, como o da camisinha:

“as mulheres encontram-se em posição desvantajosa para negociar o uso da camisinha, em função do cenário das relações de gênero: sendo estas estruturadas com base em uma assimetria de prestígio e autoridade particularmente reveladora no encontro sexual, o exercício da decisão feminina torna-se problemático” (HEILBORN, 1999, p. 56).

Mas não é somente a recusa do uso da camisinha masculina que expõe os adolescentes ao risco de uma gravidez não planejada; o uso incorreto do método também

contribui para aumentar este risco. Segundo a literatura em Educação Sexual consultada, os procedimentos que envolvem a colocação e a retirada da camisinha são pouco conhecidos pelos jovens. Isso nos leva ao seguinte ponto: não basta conhecer determinado método contraceptivo; é preciso saber usá-lo.

Essas dificuldades e correntes desencontros acabam por conduzir à situação em que o risco de uma gravidez precoce não planejada torna-se de fato uma realidade, deixando de constituir uma possibilidade.

E quando a gravidez é constatada? As reações de meninos e meninas podem ser convergentes ou divergentes, assumindo diversos aspectos.

Uma gravidez, ainda que considerada precoce, pode fazer parte de um projeto de vida compartilhado por ambos; neste caso, ela foi cuidadosamente planejada e a concretização de tal plano é motivo de satisfação pessoal.

Há também os casos em que mesmo não planejada, a gestação é encarada como algo positivo, que estimula a projeção do jovem futuro pai da condição de “filho adolescente” a “jovem pai provedor” – ainda que possa contar com a ajuda financeira de seus pais ou dos pais da menina.

A gravidez precoce pode significar, em outros casos também, a explosão de uma crise de identidade e ruptura do vínculo afetivo entre os adolescentes “grávidos”. Neste contexto, a gestação é veementemente rejeitada – pelo menino, pela menina e /ou por ambos. Em algumas situações, o aborto é a alternativa proposta por um deles – ou uma decisão tomada pelos dois – para “resolver” o impasse que uma gravidez que ocorreu fora da época desejada provocou na vida dos jovens envolvidos.

E quais fatores, de fato, contribuem para o aumento da ocorrência de gestações em adolescentes, que por sua vez, tem estreita relação com a não-utilização (ou utilização

incorreta) dos métodos contraceptivos? É muito corrente a noção de que a falta de informação é a principal causa de tal comportamento. E a Educação Formal, representada sobretudo pela escola, seria a principal responsável pela difusão de informações sobre contracepção. Mas será que a escola, com todos os seus atores – professores, alunos, profissionais de apoio, pais – reúne características que a tornam um local capaz de cumprir a tarefa de educar os meninos a fim de eles aprenderem a planejar uma gravidez? Ao longo do presente trabalho, veremos que a escola tem sim potencialidades, desde que algumas atitudes sofram algumas mudanças.

Meninos que não têm informação ou que não têm educação engravidam? Pergunta simples, mas que suscita um exercício de investigação, revisão de conceitos já “estabelecidos” e de desenvolvimento de um olhar crítico, democrático e, acima de tudo, educativo. Afinal, não se trata de apontar culpados, vítimas e soluções que ficarão restritas às páginas de um trabalho científico, e sim de tentar buscar respostas para um fato que preocupa cada vez mais os educadores brasileiros: adolescentes tornando-se pais cada vez mais novos, mais despreparados e mais desconhecedores de suas possibilidades de conhecimento que lhes possibilitem viver livremente sua sexualidade, como mais um ingrediente da época fervilhante de sonhos e desejos que é a adolescência.

2. OBJETIVO

Uma vez que a gravidez é justamente o resultado do não uso de métodos contraceptivos – pelo adolescente e sua parceira – busca-se, no presente trabalho, investigar os motivos que levam esses adolescentes a não utilizar os métodos contraceptivos supostamente conhecidos por eles.

3. UM BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA

3.1. A plasticidade dos valores sexuais ao longo da construção das sociedades

A sexualidade é um dos temas mais controvertidos e discutidos da história humana. Desde remotas épocas, conceitos, práticas e pontos de vistas acerca do que é “certo” ou “errado” em termos de sexo têm povoado a mente de muitas pessoas. Uma vez que o sexo e tudo o que se relaciona a ele tem uma íntima relação com a construção da moral individual e coletiva e da identidade do indivíduo, as discussões em torno do assunto remontam aos primórdios das estruturas de diversas sociedades.

As informações escritas que descrevem os diversos aspectos dos comportamentos sexuais das sociedades – a definição do incesto como algo errado e execrável socialmente, a prostituição, o direito outorgado aos homens de possuírem várias parceiras sexuais, entre outros – datam de aproximadamente 1000 a.C. (MASTERS & JOHNSON, 1988). Contudo, sabe-se que outros tabus como uma idade ideal para a iniciação sexual e a masturbação, por exemplo, há muito tempo são claramente estabelecidos.

A situação da mulher também tem grande destaque na história das civilizações pode-se dizer que ela era valorizada ou desvalorizada, dependendo do parâmetro considerado. Tal ambigüidade de valores pode ser observada em Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) que considerava a mulher uma personagem secundária na concepção. Para o filósofo grego, ela era a terra onde a semente germinaria (cf. BADINTER, 1986, p.32, WILSHIRE, 1997, p.102). No plano de entidade importante na geração de descendentes (“terra onde a semente germinaria”) à mulher era atribuída uma importante função de reprodutora. No entanto,

quando a essa mulher cabe o papel secundário (e não o de igualmente importante) na reprodução, diminui-se claramente sua importância nele.

Os homens podiam assumir diferentes posições em um sistema social – desde monarcas providos de um imenso e descontrolado poder até indivíduos que não dispunham do mínimo para a sobrevivência. Entretanto, de uma forma geral, os homens (de diferentes categorias sócio-econômicas) sempre foram responsáveis por estabelecer as bases de códigos morais de comportamento (social, religioso, sexual) que acabavam por favorecer o indivíduo homem em detrimento do indivíduo mulher. Pode-se citar, por exemplo, que não era exigido do homem que reservasse todos os seus prazeres sexuais para sua esposa (FOUCAULT, 1984).

Essa contraposição coloca-nos diante da seguinte situação: a mulher poderia ser considerada um bem de valor sexual (destinada a satisfazer o homem em suas necessidades, nesse sentido, sexuais) ou um bem de valor reprodutivo (destinada a assegurar a perpetuação da família, contribuindo assim para a geração de novas forças de trabalho e /ou indivíduos que herdariam bens e títulos familiares ao longo das gerações). Desde que o homem começou a perceber que o coito com a parceira tinha como consequência a concepção de sua prole, a mulher perdeu o lugar de geradora exclusiva dos filhos (referência); conseqüentemente, seu valor social iniciou um declínio significativo. (MURARO, 1994). Tal declínio de valor pode ser observado claramente até os dias atuais

E a condição do homem? Segundo FURLANI (2007), em algumas sociedades – islâmicas, mórmons (cristãos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias), Tupinambás (sociedade indígena brasileira), Netsilik (um grupo de esquimós), países africanos como o Sudão e Capaya (um grupo presente no Equador), para citar alguns, aos homens era (e ainda é) concedido o direito de ter quantas parceiras pudesse sustentar

economicamente. No Taiti, por exemplo, essa concessão transformava-se em obrigação para os filhos mais velhos. No entanto, entre os Netsilik, é também permitida a poliandria – casamento de uma mulher com dois ou mais homens.

Ainda sobre a questão do número de parceiros sexuais, a prostituição tem grande relevância. Ela sempre foi aceita como algo natural que o homem procurasse, sobretudo na época de iniciação sexual:

“sem a prática sexual aprendida com a prostituição não adquire o homem suficiente conhecimento da psicologia feminina, o que será um perigo quando se casar (...)”

(LEME, 1926).

A opressão sobre a mulher é um assunto recorrente na literatura sobre sexualidade humana. Diversos fatores podem ser apontados como responsáveis por essa opressão, sendo que o cultural acaba, de fato, tendo o maior peso. Isso se explica pela seguinte razão: com o nascimento das diferentes culturas em nossa espécie, surgiu a questão da moralidade, que permeia os costumes, os direitos e deveres dos indivíduos e, é claro, o papel de cada um em seu grupo de convivência. No entanto, os valores morais estabelecidos pelas sociedades tinham e têm notável plasticidade, favorecendo os indivíduos que os criam, os homens das classes sócio-econômicas dominantes (NIETZSCHE, 1887).

A homossexualidade, por exemplo, é claramente condenada no livro sagrado cristão, a Bíblia (Levítico 18:22, 21:13). Por outro lado, a homossexualidade masculina era amplamente permitida – e por que não dizer incentivada – na Grécia antiga, como forma de iniciação sexual e cultural dos jovens por homens mais velhos e abastados economicamente.

Outros temas polêmicos como fidelidade, monogamia e castidade sofreram modificações ao longo da História da humanidade. No entanto, é claramente reconhecível a conexão do homem a antigas regras e concepções sociais acerca de sua sexualidade; o que impede que ele de fato a conheça. O caminho rumo ao auto-conhecimento e respeito aos indivíduos na expressão de sua sexualidade é construído a pequenos e lentos passos.

3.2. A gravidez precoce: diferentes perspectivas histórico-sociais

A questão da gravidez precoce assume diferentes nuances de acordo com a época da história em que se insere; por isso, é importante contextualizá-la sócio-historicamente. Uma vez que o termo “precoce” está relacionado a algo que acontece antes do tempo previsto, uma mulher que engravida precocemente o faz antes que seu corpo esteja preparado para gerar outro ser.

Para que consideremos a gravidez precoce como tal, é importante definir o termo “adolescência”. Entre diferentes definições, a mais utilizada atualmente é a que considera o período como o compreendido entre 10 e 19 anos (OMS, 2004). No entanto, dentro desta faixa, muitas mulheres engravidavam, sendo que essas gestações não eram consideradas precoces e muito menos de risco até meados do século XX (HEILBORN *et alli*, 2002). Exemplifiquemos: uma mulher de quinze anos que se descobrisse grávida só despertava preocupação se não fosse casada; do contrário, uma vez que ela estivesse sob a responsabilidade do marido, sua família sentia-se confortavelmente segura com a integridade e a honra da jovem filha (cf. ARIÈS, 1978; BÈJIN, 1985). Por outro lado, não era tão comum a paternidade adolescente; ao homem era reservado o direito de aproveitar a

juventude, contabilizando diversas experiências sexuais antes de conhecer uma mulher que de fato seria a certa para ele desposar. Somente no casamento, o homem (geralmente não mais um adolescente), experimentava a paternidade (AQUINO *et al*, 2003), sendo esta participativa ou não.

No entanto, por volta da década de 1960, a pílula anticoncepcional, que se tornou instrumento de liberação sexual feminina, começou a promover uma considerável mudança no comportamento sexual de ambos os sexos. (MASTERS & JOHNSON, 1988). A mulher que outrora evitava contatos sexuais mais íntimos com o parceiro pelo receio de uma gravidez não planejada, pôde começar a experimentar o sexo com homens que não eram necessariamente seus maridos. Os homens, por sua vez, já podiam manter relações sexuais com suas namoradas – o que era ferozmente atacado pelo código moral vigente até então; o “mito da virgindade feminina” (FURLANI, 2007) era presença muito forte nas regras de comportamento sexual do jovem. É bom lembrar que, embora essas mudanças de comportamento tenham advindo da década de 1960, elas foram lentas e gradativas, até o perfil de comportamento sexual dos jovens encontrado hoje (caracterizado por fatores como maior liberdade sexual, acesso à informação, antecipação da sexarca – primeira relação sexual e maior abertura ao diálogo).

O contexto social em que estão inseridos os jovens (BOURDIEU, 1983) exerce papel fundamental na maneira como lidam com uma gravidez que não foi planejada. Nas camadas mais populares – sobretudo no Brasil – uma gestação precoce pode ser a consequência de fatores que variam desde a carência de informações até a falta de perspectivas sociais – que são diferentes entre mulheres e homens adolescentes (GARCIA, 2001). O último fator pode ser exemplificado da seguinte maneira: uma adolescente, vendo-

se sem oportunidades de emprego, e proveniente de uma família desestruturada, facilmente pode ver em uma gravidez a chance de se tornar adulta e livre dos julgo dos familiares.

No entanto, quando a questão é vista sob a ótica de adolescentes do gênero masculino, há de se considerar diferentes causas e perspectivas, pois as diferenças entre os papéis de gênero são de grande expressividade na fase da adolescência (HEILBORN *et alli*, 2002).

4. A QUESTÃO DO GÊNERO

4.1 . Identidade de gênero: como o adolescente se vê diante da questão de contracepção

Como identidade sexual (ou de gênero), entende-se que é a “autoconsciência e o sentimento que um indivíduo tem de pertencer a um determinado gênero”. (CAVALCANTI, 1995). Assim, esse conceito está relacionado à forma como o indivíduo se vê diante da sociedade onde vive, e pode-se dizer que ela é construída sob a influência de fatores biológicos, socioculturais e psicológicos.

Os fatores socioculturais assumem papel de extrema importância no comportamento sexual das pessoas. Mesmo que as diferentes sociedades estabeleçam padrões de comportamento “aceitáveis” e “não aceitáveis” no que diz respeito à vivência da sexualidade, as mesmas estão em constante transformação. Tal transformação apresenta um princípio de semiconservação instigante: ao mesmo tempo em que os valores que norteiam as atitudes individuais e coletivas de um grupo passam por várias mudanças, alguns princípios continuam os mesmos. A tão comentada revolução sexual parece acontecer (e se de fato acontece) a lentos passos.

Quando observamos essa questão (preservação de antigos conceitos e princípios comportamentais e construção de outros novos) à luz da sexualidade humana, deparamo-nos com diversas contradições. Estas, por sua vez, podem refletir na maneira como o indivíduo expressa sua sexualidade – a identidade de gênero – assim como na escolha, por

esse indivíduo, em assumir determinado padrão de comportamento esperado – o papel de gênero.

Apesar de a adolescência ser um período cujo conceito é relativamente flexível, e carente de um consenso –

“a aparente imprecisão dos parâmetros que definem a adolescência pode ser entendida, também, como uma quebra da suposta linearidade da passagem entre as fases do desenvolvimento humano e ressalta a historicidade das categorias etárias.”

(LYRA & MEDRADO, 1999, p. 232).

– educadores, sociólogos e profissionais de saúde convergem para a constatação de que se trata de um período de intensas mudanças anatômicas, fisiológicas e, sobretudo psicológicas. Desse modo, os jovens, quando por ela passam, experimentam um turbilhão de descobertas e novas vivências.

A contracepção, nesse contexto de drásticas mudanças no sujeito adolescente, torna-se um assunto que suscita muitas discussões nas diferentes áreas de conhecimento, principalmente na de estudos de gênero.

Uma vez que a adolescência representa a “elaboração da identidade pessoal e sexual” (GUAJARDO *et alli*, 1983; CARLINI-COTRIM *et alli*, 2000), a forma como o adolescente lida com várias questões, entre elas a contracepção, merece especial destaque. Os adolescentes estão em constante tentativa de mostrar que estão se tornando adultos e, sem dúvida, a sexualidade é o terreno em que essa tentativa apresenta-se mais latente.

Há de se considerar a grande diferença entre os gêneros nesta fase; é nela que o “ser” e o “comportar-se como” homem e mulher adquire contornos mais fortemente delineados.

4.2. O jovem homem de hoje

A definição do que é “ser homem” sofre (e sempre sofreu) diversas mudanças desde o surgimento das sociedades. No século XVIII, por exemplo, o homem que utilizasse recursos como maquiagem e perucas, e que não tivesse receio em demonstrar sua fragilidade, não tinha sua imagem de homem arranhada (FILGUEIRAS, 1999). No entanto, se esse homem, já na virada do século XIX para o século XX, agisse de forma semelhante aos seus antepassados, estava sujeito a duras críticas – inclusive a de que não seria homem de fato.

Essa variação no que diz respeito a atitudes admissíveis e inadmissíveis para um homem é ainda mais dramática quando se foca o jovem.

Ao jovem homem, o papel de “macho caçador, que não pode expor suas dúvidas, medos e inquietações”, sempre foi marcadamente presente na história da humanidade. A esse jovem era permitida e incentivada a constante procura por novas experiências sexuais; quanto mais numerosas estas fossem, melhor. Somente depois de conhecer um número considerável de mulheres – mesmo que superficialmente – o homem poderia assumir um compromisso sério com uma jovem que merecesse sua dedicação e, por que não dizer, seu sobrenome. Tal condição de vivência masculina perdurou como a mais aceita até um momento da história que imprimiria de forma inigualável a sua marca nas relações de gênero (sobretudo na década de 1960): a revolução feminista, que foi alçada de um conjunto de teorias a práticas de efeito em toda a sociedade.

Uma vez que as mulheres passaram a assumir atribuições que puseram em xeque a exclusividade dos homens perante algumas atitudes e ações (sair de casa da proteção patriarcal do lar para vender sua força de trabalho; ter autonomia sobre o corpo, podendo

decidir quando e quantos filhos ter; viver sua sexualidade de forma mais livre, entre tantas conquistas), os homens se viram em uma situação antes nunca imaginada: a possibilidade de igualdade entre os sexos. Mas, de que maneira esses homens reagiram a mudanças tão impactantes? Para responder a esta pergunta, temos que considerar os homens sujeitos pertencentes às mais diversas gerações.

Os homens mais velhos, sobretudo os já casados há muito tempo, pouco se ressentiram de tamanhas mudanças de comportamento; suas companheiras não tinham sido atingidas por tão radicais reviravoltas no padrão de comportamento sexual vigente até o presente momento.

E os jovens? Esses se viram tentadoramente perdidos: de um lado, a ebulição hormonal fazia com que eles achassem que as moças mais modernas fossem as parceiras ideais para satisfazer seus desejos; de outro, a educação tradicional que lhes lembrava a todo instante que uma “moça direita não permite certas liberdades” antes de casar. Pronto! Já estava instalada a crise entre as gerações e o embate de valores morais presentes até hoje, para explicitar que a igualdade entre os sexos está longe de ser uma realidade. E a maneira mais clara de se observar tal constatação é a verdadeira contradição que reside na criação dos adolescentes que vivem no início do século XXI: aos meninos são ensinados vários direitos e alguns deveres e às meninas são passados alguns direitos e muitos deveres, sendo o principal o de se “fazer respeitar pelos homens”. Dentro desta máxima está incluída a obrigação de evitar uma eventual gravidez. Mas será exclusiva da jovem esta obrigação, mesmo em tempos de tamanha abertura ao diálogo e acesso à informação?

4.3. Papel de menino X papel de menina: quem é responsável por planejar uma gravidez?

À mulher sempre couberam a responsabilidade e a atitude de planejar uma gravidez. No entanto, esse poder de planejamento familiar não era expandido a todas; a maioria das mulheres, por viver sob o julgo de seus maridos (tendo antes vivido sob a proteção dos pais), acabava por ser a última parte a ser ouvida quanto à concepção de novos herdeiros. Ter relações sexuais com os maridos (evento responsável pelas gestações) muitas vezes não constituía uma parte prazerosa do casamento e sim uma obrigação de esposa. E não nos esqueçamos que, para muitos homens, engravidar sua parceira era (e ainda o é), prova irrefutável de virilidade.

As campanhas de planejamento familiar – embora nem sempre consigam de fato obter êxito – têm ganhado muito destaque nas últimas décadas, principalmente pelo fato da inserção crescente da mulher no mercado de trabalho. Entretanto, tais campanhas acabam por focar de maneira mais expressiva as mulheres. Essa situação acaba por reforçar a idéia, ainda muito difundida, de que a reprodução e o seu controle sejam mais um “negócio de mulheres” ou “para mulheres”, deixando excluídos os homens (GARCIA, 1998).

Quando consideramos o atual contexto de iniciação sexual precoce no Brasil, faz-se presente uma questão tão problemática quanto responsável por diversas discussões: de quem é a responsabilidade de estabelecer o momento certo de uma gravidez? A menina ou o menino?

Se por um lado as campanhas de prevenção à gravidez atingem de forma mais enfática as mulheres, com as adolescentes não é diferente. E essa situação pode estar relacionada, principalmente, à atribuição de papéis de gênero – conjunto de práticas

comportamentais que um indivíduo adota perante a sociedade em que vive (CAVALCANTI, 1995). Assim, há sempre uma expectativa quanto ao comportamento esperado de homens e mulheres.

Para se ter uma vaga idéia do quão diferencial é o tratamento dado ao assunto “contracepção” quando se faz referência à mulher e ao homem, os métodos contraceptivos são divididos por alguns estudiosos em dois grupos: “independentes” ou “dependentes” de participação masculina (BENFAM,1997).

5. A GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS DIFERENTES IMPLICAÇÕES

Uma gestação considerada precoce pode se inserir em diferentes cenários. Antes de tudo, é importante considerar que o fato de uma gravidez ser precoce, não significa, necessariamente, que não foi planejada, nem desejada (ORLANDI; TONELLI, 2005).

A idéia de que a gravidez que acontece na adolescência é um problema social e a que acontece na vida adulta é a ideal, fruto de uma decisão bem estruturada do casal, deve ser avaliada com cuidado e certas reservas. O contexto sócio – cultural em que as gestações (precozes ou não) se inserem interferem de forma significativa na maneira como os envolvidos lidam com elas. Mas de que forma se opera tal interferência?

Citemos uma situação por mim vivida em minha experiência de docência para o 2º segmento do Ensino Fundamental (E.F.). Não são raros os casos em que o uso de métodos contraceptivos pelos adolescentes seja abandonado com o intuito específico de engravidar.

Uma adolescente, por exemplo, afirmou estar “tentando engravidar há um ano sem conseguir”. As tentativas infrutíferas passaram a ser motivo de angústia, pois o namorado pede a ela constantemente um filho. Tal situação, por si própria, pode fazer-nos questionar até que ponto uma gravidez precoce pode ser considerada indesejada. No entanto, a idade da menina em questão foi o que mais me chamou atenção: ela tem quinze anos e cursa o 9º ano do E.F. Por mais precoce que consideremos uma gestação na vida desse casal, ela poderá ser motivo de realização, e não de interrupção de planos de vida.

A partir do exemplo acima, podemos sugerir um fato que está na contramão da maioria das pesquisas acadêmicas sobre maternidade e paternidade na adolescência: uma gravidez que ocorre quando um dos jovens e /ou os dois jovens envolvidos se encontra(m) no período da adolescência, pode constituir um projeto de vida, fazendo parte de um elenco de expectativas (escolar-profissional, familiar-conjugal, e outros atores que integram a história de vida e amadurecimento dos sujeitos) em relação à fase adulta.

Quando focamos a esfera da paternidade, podemos observar que o “ser pai” não pode mais ser considerado uma via de mão única, uma verdade absoluta, na qual o pai é a figura provedora inalcançável e disciplinadora (AMATO, 1998). As transformações nas relações de gênero – principalmente na que diz respeito à inserção cada vez maior no mercado de trabalho – vem transformado significativamente a vivência da paternidade. Os homens estão se permitindo (ou tentando se adaptar) a novas atribuições e manifestação de atitudes antes consideradas inapropriadas para os homens; novas e diferentes formas de paternidade estão se delineando – como, por exemplo, a “participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com a criança”. (LYRA, 1998, p. 194). Tal diversidade de paternidades tem tomado lugar não só na vida de pais adultos, como também na história dos pais adolescentes. No trabalho de SIQUEIRA *et alli* (2002),

foi identificado o interesse de muitos futuros pais no acompanhamento médico da gestação de sua parceira, o que denota uma atitude diferente da esperada de pais adolescentes: a de total desinteresse pelos acontecimentos que envolvem a gestação (e mais tarde a vida) de seus filhos.

Além disso, segundo PALMA e QUILODRÁN (1997), a paternidade adolescente em especial pode estar relacionada ao desenvolvimento de fatores como responsabilidade (principalmente pelo provimento do filho) e vínculo familiar com a nova família construída. Tais fatores foram observados por estes autores no discurso dos próprios pais adolescentes. Logo, pode-se inferir que o fenômeno de gravidez precoce pode ser ou não problematizado, podendo não fazer parte, obrigatoriamente, do quadro de situações conflituosas que envolvem a adolescência.

No entanto, segundo vários outros estudos, a gravidez na adolescência pode ter muitas conseqüências consideradas desvantajosas para meninas e meninos, sobretudo quando essa gravidez não é planejada. Para as meninas, na grande maioria dos casos (o que constato em minha prática docente), há o abandono da escola, situações conflituosas no ambiente familiar (como a recusa dos pais em acolherem a filha grávida), e o adiamento de planos de vida que potencialmente poderiam se concretizar na fase adulta. Estas conseqüências constituem um quadro de “desvantagem social” (SOUZA, 1998), principal foco de investigação em trabalhos acadêmicos sobre a gravidez na adolescência.

No caso dos adolescentes do sexo masculino, embora as implicações de uma gestação precoce (e não planejada) recebam menos destaque, é de suma importância que também sejam consideradas.

Ainda que a paternidade possa fazer parte de uma radical, mas favorável passagem para a vida adulta – como foi citado acima – são comuns os relatos de situações

conflituosas para estes jovens. O abandono da escola – que, mais tarde, pode resultar na dificuldade de conseguir empregos com melhores condições de trabalho e segurança – é a mais comum entre tais situações. Mesmo que a saída da escola possa acontecer por diversos motivos, como a procura por emprego e o desinteresse pelos estudos, a gravidez da parceira é apontada como um motivo que pesa bastante na decisão dos jovens em abandonar os estudos (CABRAL, 2003).

Por tudo isso, a concepção da gravidez precoce como problema, situação crítica ou um acontecimento que não representa desvantagens aos jovens deve ser encarada com certa plasticidade, pois:

“a juventude guarda suas especificidades em termos de classe, gênero e etnia, perspectiva esta que se alinha à noção de construção social das idades” (CABRAL, 2003, p. 285).

Dentro dessas especificidades, a gravidez na adolescência pode ser interpretada sob diferentes perspectivas. E se esta gravidez é planejada ou não, ou acontece pelo uso incorreto dos métodos contraceptivos ou pela ignorância dos mesmos, certamente as expectativas dos jovens frente às suas vidas adultas têm grande relevância em suas escolhas. E em suas atitudes.

6. A EDUCAÇÃO FORMAL

Uma das definições de Educação Formal, segundo o INEP é:

“Tipo de educação ministrada numa seqüência regular de períodos letivos, com progressão hierárquica estabelecida de um nível a outro, compreendendo desde o nível pré-escolar até o nível superior universitário e orientado até a obtenção de certificados, graus acadêmicos ou títulos profissionais, reconhecidos oficialmente”.

Dentro da definição de Educação Formal, é importante definir também os locais onde ela se insere: escolas, colégios, centros educacionais etc.

Quando a questão levantada no presente trabalho é discutida, os espaços de Educação Formal são os ambientes mais comumente apontados como os responsáveis pela formação de conceitos e aprendizado. Logo, nestes locais, haveria uma ampla discussão sobre os métodos contraceptivos, com profissionais teoricamente capacitados para tal tarefa; os professores seriam peças fundamentais para o aprendizado de conceitos sobre o funcionamento e utilização corretos dos meios contraceptivos.

Entretanto, pode-se observar (tanto no cotidiano da prática docente quanto nos inúmeros estudos de cunho sócio-educacional), a cada ano, o crescimento do número de gestações que ocorrem em jovens de 10 a 20 anos incompletos. E é justamente a escola um dos principais ambientes de Educação destes jovens. A partir desta constatação, figuram-se as perguntas: de que modo a Educação Formal tem influência nas estatísticas de aumento dos casos de gravidez precoce? O que pode este setor da Educação fazer acerca deste fenômeno?

Os espaços de Educação Formal, principalmente a Escola, são pensados como os principais locais onde se aprende sobre planejamento familiar. Logo, dentro deste contexto, a Escola constituiria o ambiente principal de debate e esclarecimento sobre a gravidez na adolescência.

A principal discussão entre os educadores envolve uma questão perturbadora: “afinal, por que os jovens engravidam?”. E atrelada a esta questão, vem outra que parece ser ainda mais complexa de se responder: “os jovens não usam métodos contraceptivos porque não os conhecem ou porque não os usam corretamente?”.

Na literatura pesquisada – assim como na fala de alguns educadores, profissionais de saúde e de estudiosos das ciências humanas – é corrente a proposição de uma maior difusão de informações acerca de contracepção. No entanto, o que outros profissionais propõem, é uma atitude diferente da simples “difusão” de informações. Para eles, o ideal (ou o mais adequado) seria uma abordagem mais próxima à realidade dos alunos das comunidades atendidas; algo que, de fato, despertasse neles o interesse no tema, e fizesse com que esses alunos internalizassem os conhecimentos compartilhados nos ambientes de Educação Formal.

6.1. A Escola como espaço de formação científica e moral

Segundo GUIMARÃES *et al.*,(2003) a escola não tem representado para os adolescentes fonte de informação expressiva sobre anticoncepcionais. Logo, de alguma maneira, os adolescentes não a encaram como ambiente de informação – sobretudo em resposta aos seus principais questionamentos. Esta visão dos jovens em relação à sua escola pode estar relacionada a diversos fatores.

Em primeiro lugar, por mais que a escola seja o lugar em que os adolescentes passam a manhã, tarde ou noite (sem contar com outros sistemas de turnos, como o

integral), eles não a vêem como instituição que satisfaça seus anseios e esclareçam suas dúvidas. Essa distância pode advir da falta de identificação com as ações das escolas, que na maioria das vezes, constituem um espaço de mera repetição de conteúdos sequenciais para cada série. Conhecer o alunado, procurando - se investigar o que de fato lhe desperta interesse é de extrema importância, principalmente na fase da adolescência, marcada por inúmeras transformações comportamentais e mudanças de objetivos por parte dos jovens.

Uma vez que o tema do presente trabalho é o modo como os adolescentes do sexo masculino lidam com a questão da contracepção, é muito importante que discutamos o papel que a escola exerce na construção de conhecimentos acerca do assunto. Para iniciar, (e porque não ilustrar) a discussão proposta, citemos uma experiência vivenciada por mim em minha prática.

Durante aproximadamente dois meses (de setembro a outubro) do ano de 2007, desenvolvi no colégio estadual onde trabalho – e onde foi realizada a pesquisa – um projeto de Educação Sexual no turno da tarde. Tratava-se de um projeto de cunho informal, no contra-turno das atividades escolares do turno da manhã, e cuja presença era voluntária.

A maioria dos alunos que compareceram às atividades do projeto era constituída de jovens que eram meus alunos na disciplina de Ciências, no turno da manhã; estes alunos ainda trouxeram amigos, o que ajudou a enriquecer a experiência.

Os adolescentes, tanto as meninas quanto os meninos mostraram-se muito participativos, postura diferente da observada durante o período das aulas regulares. Esta diferença de comportamento pode levar a uma possível conclusão: dependendo da forma como os assuntos em Sexualidade são abordados na escola (o que inclui a diversidade de atitudes por parte da instituição de ensino e dos professores), os adolescentes podem encará-la de formas diferentes. O ambiente escolar pode ser considerado uma extensão das

experiências familiares da grande maioria dos adolescentes: carente de diálogos abertos e esclarecedores e repleto de mitos e tabus equivocados. Ou ainda como um local que satisfaça as inquietações de seu alunado, mantendo com o este uma relação de troca e franco aprendizado, que poderá ser utilizado para além da vida escolar.

6.2 Os tabus sexuais como obstáculo a uma Educação Sexual democrática

Para que tenhamos uma escola livre de qualquer forma de julgamento e quiçá de discriminação, é necessária a tomada de uma série de atitudes que garantam que a mesma seja um ambiente de fluxo constante de troca de experiências e de debate. Tais atitudes poderiam levar à configuração da Educação (em seus vários níveis) como entidade democrática.

Mas e quando focamos a Educação Sexual? Será a sexualidade um assunto tratado sem reservas e isenta de conceitos pré-estabelecidos por parte dos educadores? Para respondermos a essas indagações, devemos analisar cuidadosamente os atores do processo educacional: educadores e educandos. E em se tratando de um assunto que suscita tantas discussões – por muitas vezes polêmicas – a Educação no âmbito da Sexualidade Humana exige uma análise ainda mais cuidadosa.

Consideremos, primeiramente, os educadores. Para que estes profissionais possam exercer de fato seu papel na construção dos conhecimentos de seus alunos, seria necessária uma postura democrática, que acolhesse de forma mais abrangente possível a diversidade dos educandos. Seria necessário, mas não é o que acontece, sobretudo no que tange a

Educação Sexual. É nesta área que a força dos conceitos e preconceitos que fazem parte da bagagem cultural dos professores se faz mais presente.

Como apontado na Introdução do presente trabalho, muitas questões que versam sobre a Sexualidade Humana encontram entraves na forma dos tabus; alguns assuntos chegam a tocar o limite do “proibido”, do que “não pode ser falado”. E quando adentramos o âmbito da escola, com um olhar mais detalhado, é possível observarmos que esses tabus sexuais permeiam o discurso de muitos professores, supervisores pedagógicos e demais elementos das instituições de ensino.

Desde o mais tenro início de minha experiência docente, observo declarações, por parte dos colegas professores, de cunho “tendencioso”. A perpetuação de dogmas referentes à virgindade feminina, a homossexualidade e sobre a forma correta de comportamento de uma menina ou mulher “direita” (assunto que compõe o rol das questões de gênero), por exemplo, ajudam na permanência de conceitos e idéias confusas e /ou equivocadas sobre diversos temas em sexualidade. A isso, podemos somar a forma imprecisa como são abordados tantos outros assuntos sobre o referido tema, o que ser um entrave à comunicação clara e construtiva entre professores e seus alunos.

Em resposta ao comportamento dos professores acima descrito, temos alunos que se sentem, conseqüentemente, inseguros para levarem a seus professores dúvidas acerca de sua sexualidade. Se por um lado muitos jovens discutem com a família, com amigos ou com o (a) namorado (a) assuntos como contracepção e DST, muitos ainda vêm na escola um local que pode ajudá-los a entender melhor as constantes e marcantes transformações anatômicas e fisiológicas pelas quais eles passam. E como ficam os jovens que recorrem a seus professores quando precisam de esclarecimentos? Neste ponto, a situação pode assumir diferentes aspectos; estes, por sua vez, irão depender da postura que a figura que,

teoricamente, possui um conjunto de saberes prontos a serem compartilhados de forma clara e desprovida de preconceitos, tabus e mitos: o professor. Mas, será o professor o detentor de tal imparcialidade em questões de Sexualidade Humana?

Bom, sendo o professor antes de tudo um indivíduo dotado de uma coletânea de experiências, conceitos e visões próprias sobre sua própria sexualidade, ele, até o presente momento está distante da qualificação de educador democrático; seja porque não o consegue (dificuldade de lidar com suas dúvidas, pudor ou até mesmo limitações não de sua natureza, mas de natureza da instituição de ensino onde leciona) ou porque não o intenciona (“falar de sexo não é minha obrigação, e sim da família do aluno”).

Por fim, podemos ver uma configuração bem definida da Educação Sexual em nosso país: mesmo em ambientes laicos, como as escolas públicas, estamos longe de encontrar instituições que a pratiquem de forma democrática. Os tabus sexuais, por estarem encravados em todos os setores de nossa sociedade desde os mais remotos tempos, têm forte influência em um dos mais importantes ambientes de formação dos jovens: a escola.

6.3 Professores de Ciências e Biologia: mais capacitados para tratar a questão da Educação Sexual?

Uma questão tem perturbado os estudos sobre Educação Sexual: dentro da escola, quais professores são mais capacitados para abordar temas em Sexualidade? A resposta, a princípio, vem da seguinte premissa: uma vez que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o assunto “Sexualidade” figura entre os abordados pelas disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas no Ensino Fundamental e Biologia, no Ensino Médio – como tema

transversal –, os professores dessas disciplinas teriam mais respaldo científico e didático para lidar com o assunto (ALENCAR *et al.*, 2008); teriam, mas de fato, não é o que acontece na maioria das escolas (públicas e particulares).

Para iniciarmos uma discussão sobre a abordagem da Sexualidade nas escolas e a quem caberia esta abordagem, não podemos nos esquecer de um detalhe que tem suma importância: professores, antes de tudo, são pessoas com universos e experiências das mais diversificadas. Tal fato coloca-nos diante de uma situação curiosa: mesmo que um profissional viva a experiência de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas, a forma com que ele lida com o que foi visto no curso pode variar muito. Como vimos, a questão da Sexualidade Humana tem muitos tabus e mitos, e os professores são seres humanos sujeitos à ação desses fatores. Logo, uma Educação Sexual feita por professores totalmente isentos de opiniões e conceitos tendenciosos, de carga pessoal, é realmente difícil de se tornar uma realidade; inclusive entre professores de Ciências e Biologia.

Mas se os professores das referidas disciplinas não são, necessariamente, os mais capacitados para tratar de assuntos em sexualidade na escola, quem seriam então os professores mais adequados para essa tarefa? A resposta pode estar na concepção de que para falar de sexo, é preciso, ao menos, possuir conceitos básicos (e procurar estar sempre aprendendo) sobre ele e lidar com o mesmo de maneira natural, livre de preconceitos e com respeito à liberdade individual dos alunos. Se esta postura for encontrada em um professor de Ciências, ele poderá se tornar um bom educador sexual; se essas características forem encontradas em um professor de Matemática, por exemplo, ele também terá possibilidades de fazer um bom trabalho na área.

Por isto, podemos dizer que professores de Ciências e Biologia têm possibilidade de serem bons educadores em Sexualidade; mas não são a rigor os mais capacitados para

trabalharem com o tema por fazerem parte da área das Ciências Biológicas. O êxito na tarefa dependerá não só de conhecimentos na área técnica, mas também das experiências de conhecimento e abertura ao ensino e à aprendizagem em Sexualidade Humana.

6.4 O Ensino de Ciências e Biologia como ferramenta de informação, na área de Sexualidade Humana.

Uma vez que os professores de Ciências e Biologia nem sempre podem ser considerados os mais capacitados para tratar a sexualidade em sala de aula, somos levados a outro questionamento: em que o ensino destas disciplinas contribui para a aprendizagem em assuntos relacionados a sexo?

Por mais que consideremos que os profissionais da área das Ciências não sejam os detentores exclusivos de uma bagagem que lhes permita exercer um bom trabalho em Educação Sexual, há de levar em conta que os conteúdos abordados na disciplina são de extrema importância no aprendizado dos jovens. Conceitos como anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, bem como os de Programas de Saúde (sobretudo DST) constituem uma importante base para a compreensão de assuntos como ciclo menstrual, período fértil, métodos contraceptivos e meios de evitar a contaminação por doenças relacionadas à prática de sexo sem proteção. A tentativa de abordagem e trabalho de temas como gravidez na adolescência podem se tornar infrutíferas quando a etapa de conhecimentos básicos e necessários ao assunto é simplesmente ignorada e /ou exercida de forma displicente, não- clara e divergente ao objetivo final: apropriação e internalização pelos jovens. É aí que reside a importância de um esforço coletivo por parte dos educadores: o de constante

atualização, atitude que impede a cristalização do conhecimento, e o de disponibilidade em unir as informações de cunho científico mais específico aos anseios dos jovens, a fim de desenvolver uma caminhada que resultará na satisfação de ambos os atores no processo de educação: professores e alunos.

7. APRENDIZADO

O conceito de aprendizado possui muitas variações, dentre as quais podemos citar a de Vygotsky:

“o aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (Vygotsky, 1984, p.99)

A partir desta definição de aprendizado, podemos assumir que o mesmo reúne componentes não só biológicos, como também socioculturais. Deste modo, a mera exposição a novos conceitos, por si só, não é capaz de promover uma mudança no repertório de conhecimentos e informações sobre determinado assunto na coleção intelectual do educando. Faz-se então necessária a participação de determinados fatores de

cunhos social, afetivo e significativo para que as possibilidades de sucesso no processo de ensino-aprendizagem possam se concretizar como realidade.

A problemática que envolve a utilização ou não dos métodos contraceptivos pelos adolescentes passa, invariavelmente por uma discussão que envolve a temática citada. A colocação dos conhecimentos adquiridos em prática, segundo muitos educadores, está relacionada ao êxito na construção de determinados conhecimentos; e a contracepção é um assunto que muito depende deste viés de causa e consequência do processo de ensino-aprendizagem. Utilizar uma informação no cotidiano pode significar que a mesma foi devidamente internalizada e adaptada; foi aprendida.

Se o fato de os jovens se prevenirem de uma gravidez indesejada está ligado ao fato de eles terem aprendido sobre contracepção, temos aí uma questão até o momento não respondida: muito se fala dos métodos contraceptivos, – nas escolas, na mídia – mas poucos jovens realmente sabem como estes métodos funcionam; por quê isso acontece? A resposta a esta pergunta pode vir com o esclarecimento de outra incógnita: os meninos aprendem ou não sobre contracepção?

7.1. Os meninos aprendem ou não sobre contracepção?

Para utilizar um método contraceptivo, é preciso que se tenha aprendido sobre ele. Partindo desta premissa, diversos meios de comunicação, mídia e a escola têm apresentado cada vez mais campanhas de planejamento familiar direcionadas ao público adolescente; mais precisamente às adolescentes.

Entretanto, a despeito da massiva abordagem do tema gravidez precoce, o que vemos é o crescimento diretamente proporcional entre os casos de gestações na faixa etária de 10 a 18 anos incompletos e à veiculação de informações sobre práticas e métodos contraceptivos. Esta proporcionalidade direta reflete uma situação diferente da esperada, pois, de acordo com alguns pesquisadores, pais e mães meninas são resultantes de “adolescentes sem informação”. Se “ter informação” não é pré-requisito para “não engravidar”, algo mais específico pode estar envolvido no fenômeno de gravidez na adolescência, como o valor que os conhecimentos aos quais os adolescentes têm acesso assumem em suas experiências. E este valor pode ser menor ou maior, de acordo com a forma como os jovens lidam com diferentes informações durante seu processo de aprendizado. É aí que reside a relação informação-educação, que passa, por sua vez, pela questão da construção de significados dos pretensos conteúdos a serem aprendidos.

Mesmo que a um jovem do sexo masculino tenham sido mostradas as conseqüências do não-uso do condon, por exemplo – a parceira engravidar, a contaminação por DST – ele não irá utilizar este método se não tiver internalizado exatamente estas conseqüências. Se, para esses meninos, a paternidade não estiver relacionada a práticas sexuais sem proteção contraceptiva, eles poderão, em última análise, sequer atentar às informações sobre contracepção que os rodeiam – em conversas com os amigos, nos veículos de mídia eletrônica e escrita, e na escola. O aprender ficará, então, irremediavelmente comprometido.

A questão do gênero, tão presente neste trabalho, também exerce importantíssima influência no complexo aprendizado-utilização dos saberes em contracepção. Como apontado anteriormente, os conceitos sexistas de atribuições tipicamente masculinas e tipicamente femininas encontram na responsabilidade de contracepção uma de suas

expressões máximas. Se as meninas, cujas vidas são as mais drasticamente afetadas, muitas vezes não demonstram expressivo interesse em aprender como planejar uma gravidez, os meninos, cujas juventudes podem ser mais ou menos atingidas por uma gravidez não planejada, interessam-se menos ainda pelo tema. A causa de tal desinteresse está, principalmente, em uma educação (em todas as suas esferas) de forte apelo machista. Quantas vezes um menino não escuta, até se tornar um adulto, que “a responsabilidade de evitar uma gravidez é da mulher, pois é ela que engravida!”?

7.2. “Para quê vou utilizar estas informações?” – perspectivas pessoais.

De acordo com o que foi sugerido, os jovens só tomam para si informações que eles julgam necessárias às suas vivências. Assim, precisamos considerar as perspectivas de cada jovem (daí a importância de uma educação sexual democrática, que respeite as diversidades) e como elas vão de encontro ao ensino dos métodos contraceptivos.

A contracepção figura de maneira decisiva na construção da biografia dos jovens que já iniciaram sua vida sexual, pois sua utilização (ou não) irá determinar um fator marcante: a possibilidade de paternidade ou maternidade. E na construção do caminho que irá levá-los à vida adulta, os adolescentes – sujeitos a constantes transformações anatômicas, fisiológicas e emocionais – por vezes adotam um conjunto de atitudes que podem acabar por resultar em conseqüências para as quais eles não estão preparados; dentre elas uma gravidez inesperada.

A adolescência, época de inúmeros conflitos emocionais internos e externos, é um campo de correntes estudos em diversas áreas, sobretudo à de Sexualidade Humana.

Grandes transformações ocorrem nos adolescentes e estas transformações refletem em aspectos como a relação entre riscos a correr e as conseqüências de determinados atos. A sexualidade é o principal terreno onde os jovens testam os seus limites; a conquista por meio do sexo e a própria possibilidade de poder gerar uma criança constituem um conjunto de novas capacidades, que são testadas a todo o tempo.

No entanto, por mais que as atitudes citadas acima – relativas à uma profusão de descobertas sexuais – façam parte de um comportamento muito comum na adolescência, nem sempre elas assumem a mesma intensidade na trajetória dos jovens; fatores como anseios pessoais e nível de escolaridade pesam muito em seu comportamento sexual. Segundo CARIDADE (1999), por exemplo, “a sexualidade vivida pelo adolescente ganha a feição do contexto cultural em que se insere”.

Se por um lado meninos e meninas vêem na adolescência uma época para construir planos, sonhos e desejos na área de trabalho, carreira e sentimental, outros vivem este período levando alguns aspectos ao extremo, como a prática, nem sempre segura, do sexo.

No caso dos meninos, alvo do presente trabalho, a prática do sexo por si própria constitui grande importância na construção de sua identidade, representando desta forma um requisito básico para o reconhecimento de sua masculinidade. A muitos deles é ensinado, principalmente por pais, tios, irmãos e amigos mais velhos, que “ser homem” é fazer muito sexo, com a maior quantidade de mulheres possível”. Nos grupos sociais onde o grau de escolaridade familiar é baixo – ainda mais em famílias onde a condição está presente há mais de uma geração – essa fala é mais comum, evidenciando que os jovens do sexo masculino devem explorar o máximo de seu exercício da sexualidade, ainda que este nem sempre seja realizado com prazer, saúde e responsabilidade.

E onde entra a questão da paternidade? Em primeiro lugar, uma gravidez precoce nem sempre representa uma situação não-planejada, na qual as conseqüências são irremediavelmente desastrosas (LEVANDOWSKI; PICCININI, 2002). Em segundo lugar, ainda que o desejo da maternidade seja mais comum do que o de paternidade entre os adolescentes, alguns meninos chegam mesmo a pedir, como “prova de amor” à namorada um filho, demonstrando assim um indício de que a paternidade faça parte de seus planos – devemos lembrar, no entanto, que tal pedido pode embutir uma série de motivações confusas e expectativas mais nebulosas ainda; a paternidade pode representar tanto um desejo de estreitar a relação com a parceira quanto uma forma de auto-afirmação, assim como a realidade de pai pode causar uma série de transtornos, inadequações e até recusa da nova condição de parentalidade.

O interesse em um maior conhecimento dos métodos contraceptivos está então intimamente relacionado às perspectivas de cada jovem e a noções de responsabilidade e conseqüências de cada ato – incluindo-se aí relações sexuais desprotegidas, que podem resultar em gestações não programadas e infecções por DST. Se a relação entre prática sexual e contracepção não estiver devida e claramente definida, os meninos continuarão a se indagar: “para quê vou utilizar essas informações; não é problema meu!”.

7.3.A Teoria da Aprendizagem Significativa: uma abordagem em Saúde Sexual

A Teoria de Aprendizagem Significativa, de David Ausubel, (1963) postula que um conhecimento torna-se significativo por uma interação entre ele e os conhecimentos pré-existentes na mente do aprendiz. Estes conhecimentos pré-existentes – chamados de subsunçores – possuem relevância sobre os novos a serem aprendidos; assim, tanto podem

modificá-los como podem ser modificados por eles. A ponte que permite este trânsito de mão-dupla entre o que já existe no repertório intelectual do aprendiz e o que vai passar a fazer parte deste é formada por conceitos chamados organizacionais prévios.

Para determinar quais conceitos já fazem parte da coleção referencial do indivíduo, ou seja, quais são os conhecimentos subsunçores, faz-se necessária a aplicação de um questionário; as respostas darão uma idéia da coleção de signos que os aprendizes possuem (NOVAK; GOWIN, 1986). Depois da determinação dos conhecimentos prévios e da apresentação dos novos conhecimentos, é feita uma espécie de análise comparativa que irá revelar se o aprendizado foi (ou não) significativo.

No entanto, é importante ressaltar que esta análise serve de ferramenta ao avaliador; para a avaliação prática do processo – a constatação de que o novo conhecimento tornou-se significativo – é preciso investigar se o indivíduo faz uso do conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória de vida.

Mas e quando o professor, mesmo constatando que a aprendizagem foi significativa – pela aplicação de um questionário – verifica que determinados conhecimentos não chegam a fazer parte do cotidiano de seus alunos? É essa a situação encontrada na prática de muitos docentes: muitas informações e novos conhecimentos que eles trazem aos jovens alunos parecem não impactar as vidas dos mesmos. O campo da Sexualidade Humana é um dos principais terrenos onde esta situação está presente.

De fato, os jovens interessam-se pelo assunto “sexo”; em minha prática, ao menos, observo que um grande número de indagações, dúvidas e questionamentos sobre o assunto surgem durante as aulas de Ciências. Ou seja, há um fluxo de informações, que poderiam constituir um arcabouço de conceitos relativos à sexualidade, que em última instância,

auxiliariam os jovens a viver plenamente – e com responsabilidade – suas experiências sexuais.

Contudo, a grande incidência casos de gestações precoces e não planejadas evidencia que, a despeito da abordagem do tema contracepção na escola (ressaltando que aqui se fala em abordagem no termo estrito, o que pode significar a simples referência ao tema, sem a preocupação com uma aproximação à realidade dos jovens), o mesmo não apresenta um caráter de conhecimento significativo – não é aplicado, pelos meninos, em suas relações sexuais. Logo a aprendizagem das práticas contraceptivas está longe ser considerada significativa.

Para que tenhamos a possibilidade de observar os meninos colocando em prática saberes recém-adquiridos – utilizando-os e adaptando-os de acordo com suas necessidades – é preciso que eles se identifiquem com o discurso que envolve a nova aquisição. A construção da ponte que irá ligar o que eles já conhecem em contracepção e o que eles irão aprender depende diretamente de tal identificação; para que a decisão de adiar a paternidade faça sentido, há de se conhecer o significado desta decisão.

8 METODOLOGIA

Com a finalidade de investigar de que maneira os jovens do sexo masculino lidam com a temática da gravidez na adolescência – envolvendo fatores como responsabilidade no

planejamento familiar, conhecimento dos métodos contraceptivos e o uso dos mesmos –, foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola pública estadual do município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, no mês de dezembro de 2007, no turno da manhã.

Para realizá-la, foi aplicado um questionário semi-aberto (anexo), com treze questões que versavam sobre temas intimamente relacionados e componentes do objetivo do presente trabalho. No entanto, é importante ressaltar que para a elaboração do questionário, fez-se preliminarmente um cuidadoso estudo das relações de gênero, que podem se tornar ainda mais conflituosas durante o período da adolescência.

Participaram alunos do sexo masculino de quatro turmas do turno da manhã do Colégio Estadual Jardim Alvorada. No total, foram entrevistados 44 alunos, sendo considerados válidos 32 questionários – a invalidação de doze questionários deveu-se, principalmente, ao preenchimento incorreto dos mesmos, o que impossibilitou a verificação de determinadas respostas.

Não era necessária a identificação nominal, sendo, no entanto, requisitados dados como sexo, idade, nível de escolaridade (Ensino Fundamental ou Ensino Médio), série (ou ano) e data.

Diferentemente do esperado – principalmente em se tratando de um estudo na área de Sexualidade Humana – os estudantes mostraram-se sumamente solícitos e dispostos a colaborar com o trabalho de campo. Ademais, uma pequena parcela deles – cerca de seis alunos – já havia participado de um projeto em Educação Sexual desenvolvido pela professora da disciplina de Ciências, no contra turno.

Uma vez recolhidos os resultados, pôde-se começar a delinear o perfil dos alunos cujos conhecimentos, impressões, perspectivas e atitudes acerca da gravidez na adolescência, que constituem corpo e objetivo do trabalho. Observou-se que esses

estudantes tinham idades que variavam de quatorze a dezenove anos (tabela 1) e cursavam os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental (tabela 2). A partir dessas informações, relativas às idades dos entrevistados, um dado complementar ao cerne da pesquisa mostra-se latente: a questão da defasagem escolar.

Na quantificação das respostas em gráficos, em algumas questões, o número de alunos considerado não é o total – 32 – pois representa o contingente de alunos que já iniciaram sua vida sexual – figuras 3, 4, 5, 12, 13 e 14 –, o de alunos com dúvidas em contracepção – figura 7 – e o de alunos que conversam sobre contracepção com professores – figuras 9 e 10.

Os resultados foram analisados em forma de estatística descritiva, com utilização de números absolutos para cada padrão de resposta.

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como descrito na metodologia, foram entrevistados 44 estudantes, sendo validados 32 questionários anônimos contendo as respostas às questões sugeridas. Logo, o universo de estudantes foi de 32 ($n = 32$).

A instituição onde foi realizada a pesquisa é um colégio estadual da Baixada Fluminense, em uma região onde o número de adolescentes “grávidos”, cresce de forma substancial.

A idade dos estudantes entrevistados compreendia uma faixa etária que ia dos 14 aos 19 anos, como indica a tabela 1.

Todos os adolescentes cursavam, à época da pesquisa, os 8º e 9º anos do Segundo Segmento do Ensino Fundamental (E.F. II); a distribuição deles de acordo com a série cursada pode ser observada na tabela 2.

Tabela 1

Idade	Número de alunos
14 anos	12
15 anos	6
16 anos	8
17 anos	5
18 anos	0
19 anos	1

Tabela 2

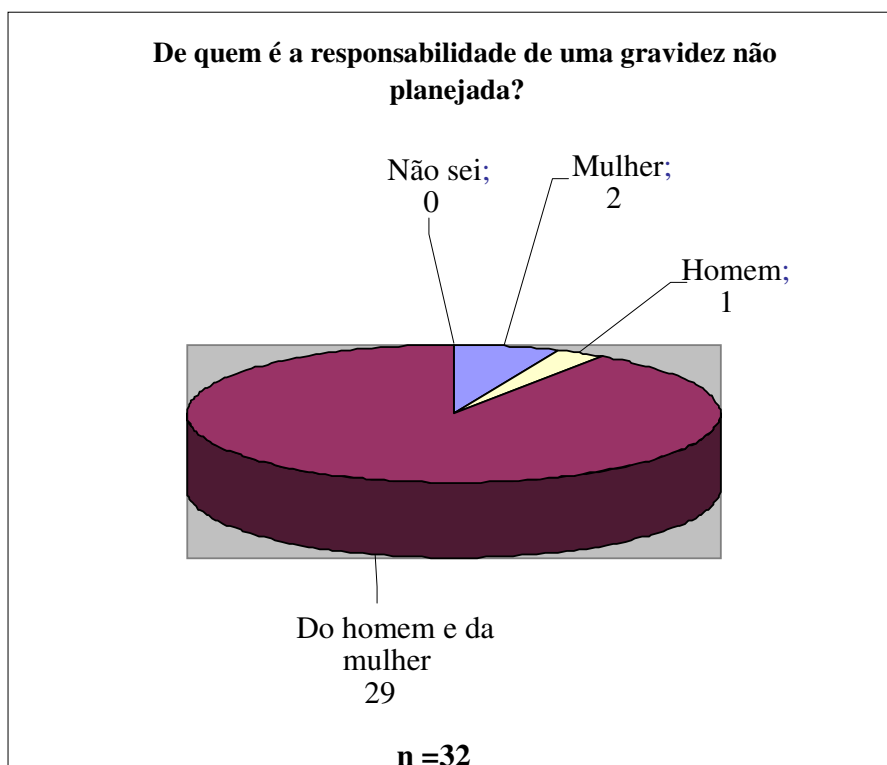
Série/ano	Número de alunos
8º ano	10
9º ano	22

O referido questionário visou à investigação da controversa relação entre conhecimento e uso dos métodos contraceptivos, mas sob a ótica do adolescente do sexo masculino (tão pouco considerada, segundo extensa pesquisa na literatura). Eles não utilizam estes métodos por que não os conhecem ou por que não os internalizam; são desinformados ou deseducados?

De uma forma geral, a pesquisa evidenciou algumas impressões e levantou outras curiosas. Para visualizarmos os vários aspectos que os resultados nos colocaram, estes foram divididos em quatro grupos:

1) Impressões preliminares dos adolescentes sobre contracepção:

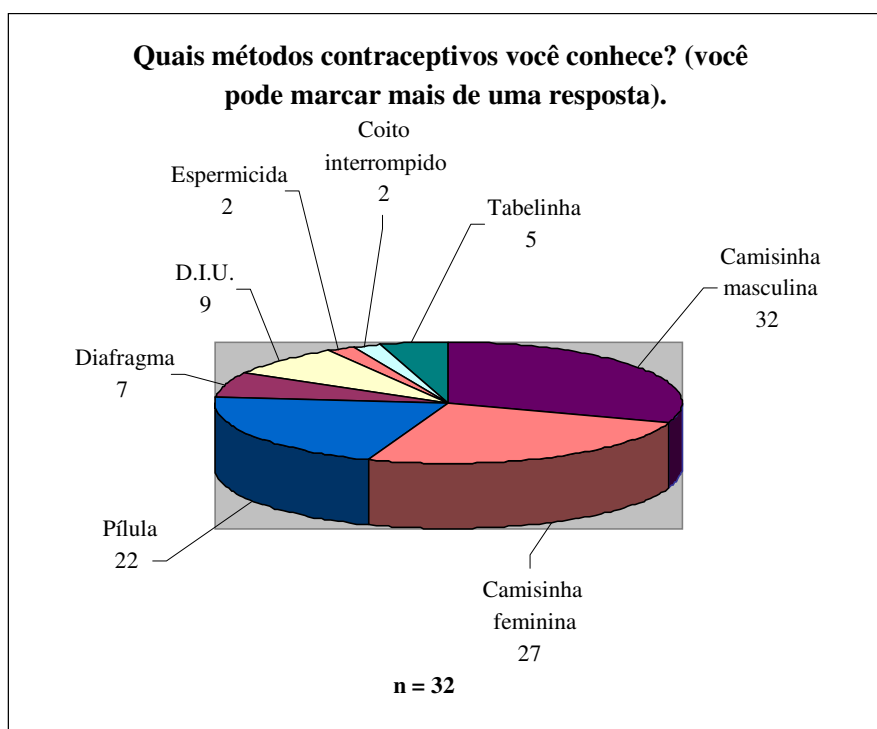
Figura 1



Verifica-se, com esta resposta, o “politicamente correto”. Isso porque, embora os adolescentes afirmem que a referida responsabilidade seja do homem e da mulher, o que pode ser observado na realidade das comunidades (escolares ou não) é que a menina, na maioria das vezes, é quem arca com as conseqüências de uma gestação não planejada (segundo a pesquisa aponta, na Introdução).

Os métodos contraceptivos mais citados foram as camisinhas masculina (condon) – esta apontada por todos os adolescentes – e feminina, seguidas pela pílula (figura 2), método cuja criação e existência no mercado são mais antigas – muitos tipos de pílulas anticoncepcionais são distribuídos em postos de saúde.

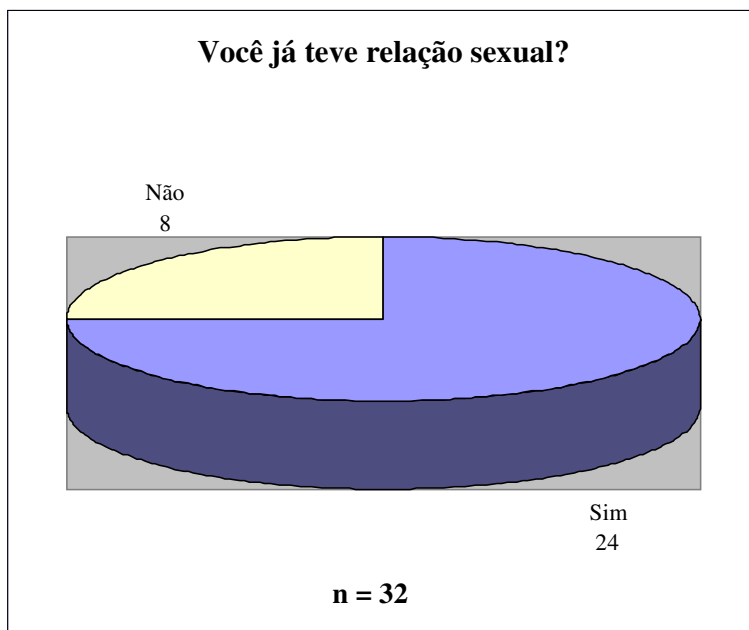
Figura 2



Talvez a citação das camisinhas (feminina e masculina) tenha sido mais expressiva pelos adolescentes por se tratar de um método de barreira. Também pode haver uma relação entre a intimidade com o funcionamento do método e o fato de ele ser lembrado.

2) Vivências em Sexualidade

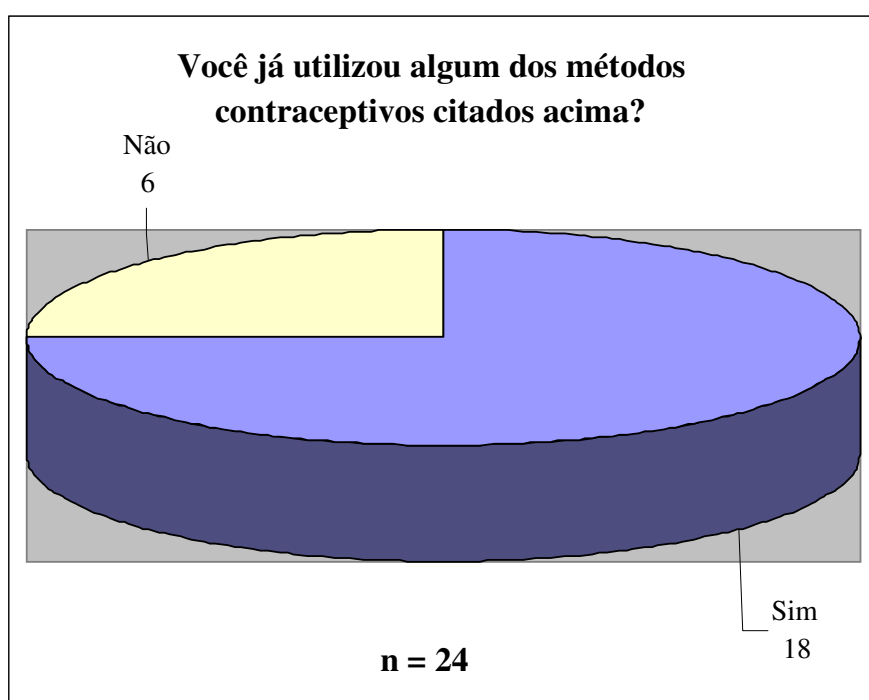
Figura 3



As respostas obtidas nesta pergunta dão-nos uma clara noção do quão precoce a atividade sexual começa neste grupo de estudantes (um terço deles já mantém relações sexuais). Os resultados podem ainda nos permitir, e por que não, criticar algumas campanhas de planejamento familiar e de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST) dirigidas aos jovens em ambientes de Educação formal, principalmente nas escolas

que se propõe a tal atividade. A crítica advém do formato de discurso que tais ambientes de Educação adotam: tentar “conscientizar” os jovens a não iniciar suas experiências sexuais em idade tão precoce. Quando alguns educadores optam por não aceitar o fato de que os adolescentes estão se relacionando sexualmente, torna-se muito difícil uma abordagem democrática, aberta e esclarecedora a esses jovens, que tanto necessitam de profissionais educadores que se disponham a ouvi-los.

Figura 4

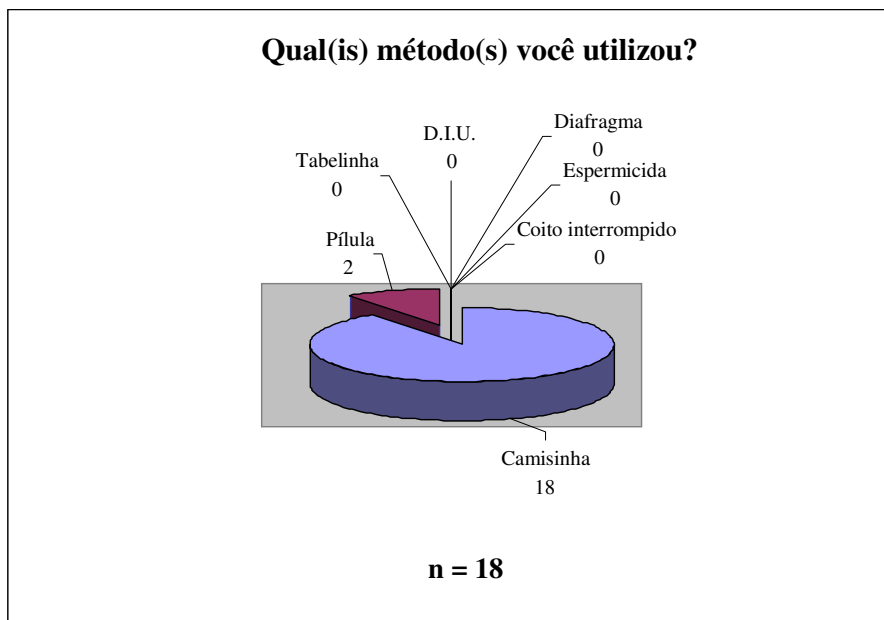


Segundo apontado na figura anterior, 24 dos 32 alunos já tiveram relações sexuais; por isso, na pergunta representada pela figura 4, foram quantificadas e observadas as respostas de 24 alunos.

A figura mostra que dois terços do total de jovens que mantêm relações sexuais, praticam-nas prevenindo uma gravidez precoce. Trata-se de um número significativo, considerando o universo da amostra.

No entanto, vejamos o que os adolescentes responderam quando foram perguntados sobre quais métodos contraceptivos já utilizaram.

Figura 5



O número total de estudantes que responderam à pergunta representada na figura 5 corresponde ao total desse grupo que afirmou já ter utilizado algum método contraceptivo (figura 4), que é de 18.

O uso de condon lidera na lista de métodos contraceptivos utilizados; é citado por todos os estudantes que afirmaram fazer uso de algum método.

De fato, o preservativo masculino é um dos métodos mais difundidos nos ambientes de Educação formal e não-formal (sobretudo na mídia eletrônica – como televisão e rádio). Além disso, tal método é também comumente lembrado pelo fato de não só constituir um item no planejamento familiar, como também uma importante ferramenta na prevenção das DST.

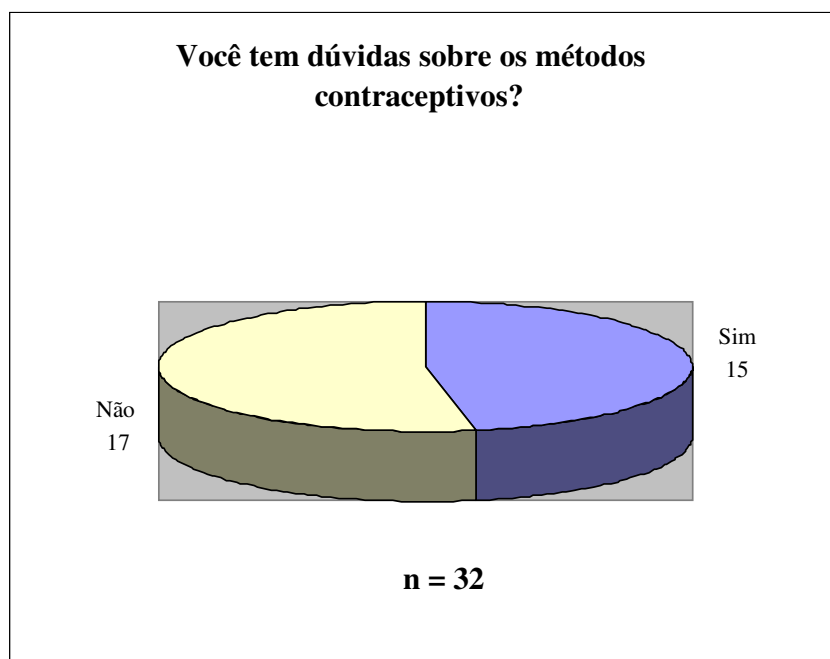
A pílula é o único método citado além do condon, mas apenas por dois estudantes. Este resultado pode nos colocar diante de duas situações: a primeira, onde os meninos desconhecem os hábitos de suas parceiras, afirmando que entre as atitudes contraceptivas deles e de suas parceiras só exista o uso do condon; e a segunda, na qual, de fato, o uso da pílula não seja algo que faça parte do cotidiano das meninas que já mantêm relações sexuais.

Os demais métodos (tabelinha, D.I.U., diafragma, espermicida, coito interrompido) não foram citados nenhuma vez.

3) Conversando e tirando dúvidas: convergência ou divergência?

Como o presente trabalho não objetivou investigar somente os hábitos dos adolescentes que já iniciaram sua vida sexual, foi elaborada uma questão que poderia ser respondida também pelos adolescentes que não mantêm relações sexuais: afinal, os jovens ouvidos na pesquisa têm ou não dúvidas sobre os métodos contraceptivos? Vejamos o que eles responderam, na figura 6:

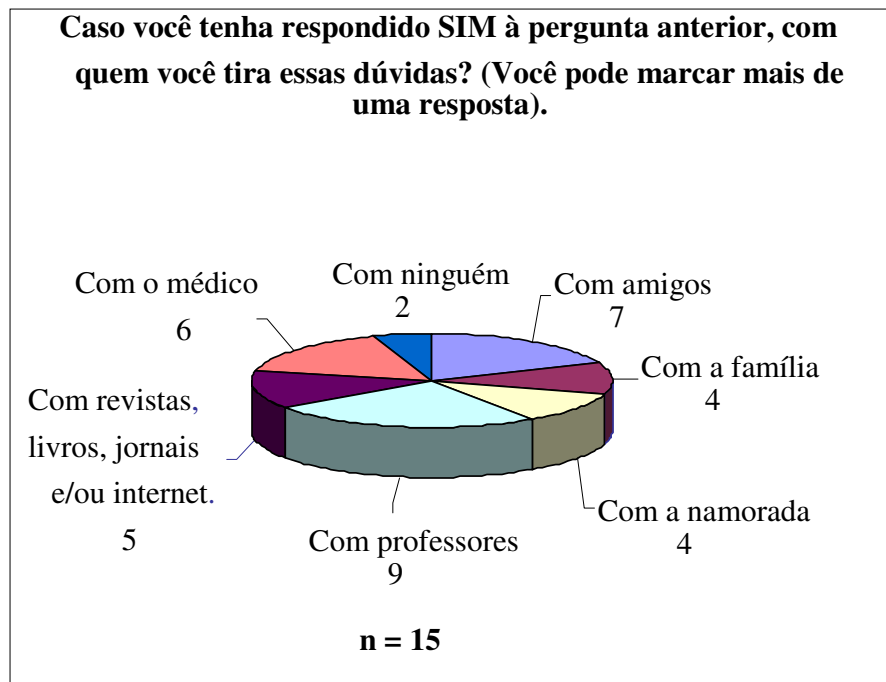
Figura 6



Um número que corresponde quase à metade do total de estudantes ouvidos na pesquisa diz ter dúvidas sobre os métodos contraceptivos. Se eles têm tantas dúvidas, como explicar que a maioria dos meninos que já têm relações sexuais utiliza o condon?

Será que estas dúvidas estão direcionadas aos outros métodos, ou eles utilizam o condon incorretamente, com a idéia (ou certeza) de o estarem fazendo?

Figura 7



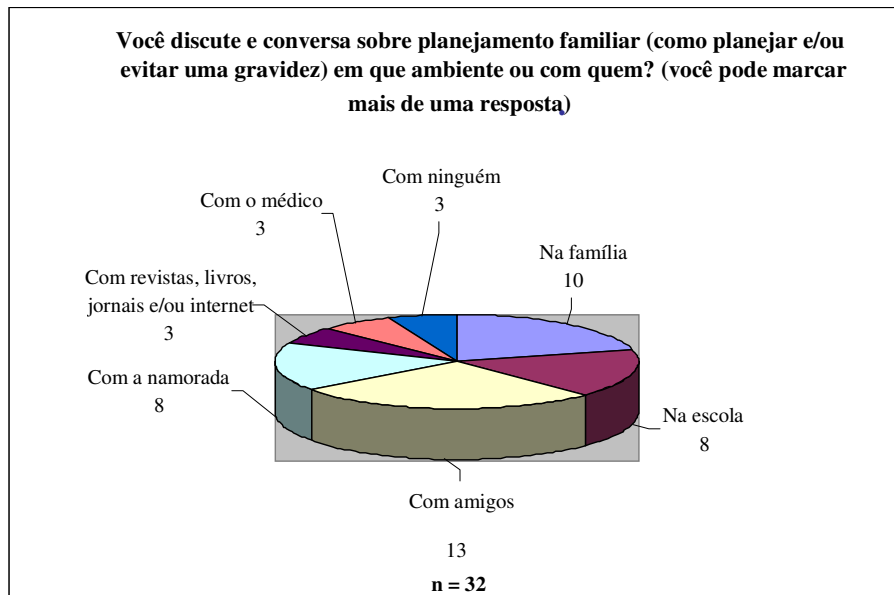
A resposta “com professores” constitui valor significativo na pergunta relativa à figura 7. No entanto, há de se considerar que os alunos podiam apontar mais de uma alternativa no que diz respeito à fonte de informações sobre a contracepção. Assim, não é possível

constatarmos, com certeza, que os adolescentes consideram os professores como os mais habilitados (e /ou capacitados) a esclarecerem suas dúvidas sobre contracepção.

3.1) A relação entre os adolescentes e seus professores (as) na abordagem da contracepção.

Bem, podemos observar então que a maioria dos jovens citou os professores como o agente esclarecedor de suas dúvidas sobre os métodos contraceptivos. Mas a pergunta, cujas respostas estão apontadas na figura 7, trata da questão “tirar dúvidas”; e quanto aos debates, discussões e troca de informações, tão importantes no processo educativo? Uma vez que “tirar dúvidas” sobre um assunto nem sempre significa, necessariamente, “conversar sobre” ele, foi proposta a seguinte pergunta ao grupo estudado (figura 8):

Figura 8



Quando se entra no mérito da discussão sobre o tema abordado no presente trabalho, pode-se ver que ocorre uma notável contradição com os resultados da figura anterior – que se referem à fonte de esclarecimentos das dúvidas dos adolescentes.

Eles discutem e conversam sobre planejamento familiar primeiramente com os amigos.

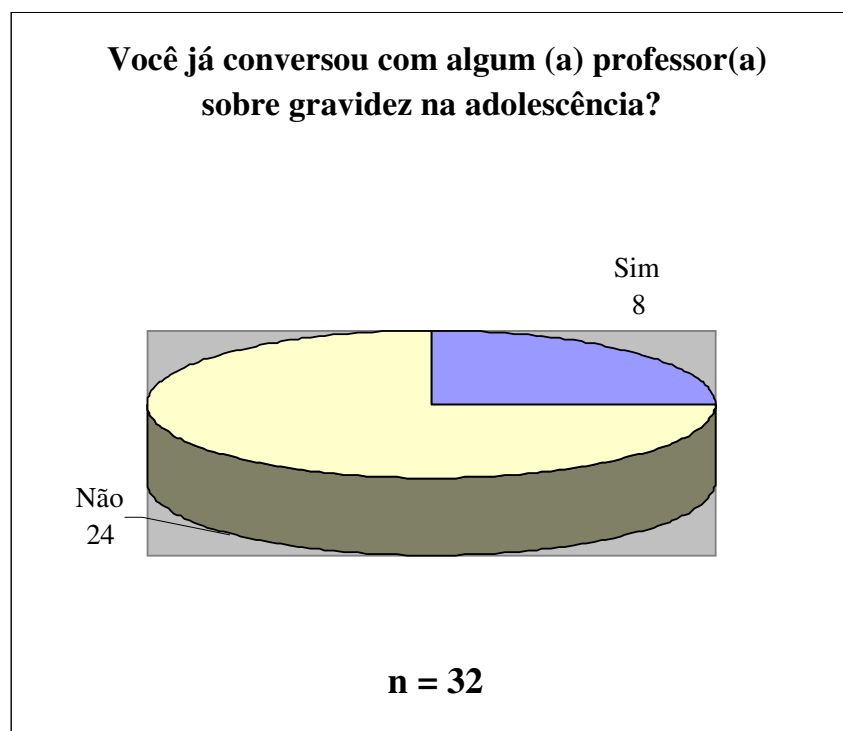
A família – primeiro grupo de convívio dos indivíduos, em qualquer sociedade humana – aparece como a segunda opção mais citada para conversar sobre o tema, apontando que as relações de parentesco familiar não indicam necessariamente uma maior identificação para debater temas que despertam seus interesses.

A Escola – ambiente onde se encontram os professores (os mais citados na questão anterior) – ocupa o terceiro lugar na lista de “com quem” os meninos discutem a questão do planejamento de uma gravidez. As namoradas parecem ter a mesmo lugar na preferência por interlocutores dos adolescentes.

Três adolescentes responderam não discutir nem conversar com ninguém sobre o tema, o que pode significar duas realidades: alguns jovens sequer ousam falar sobre planejamento familiar ou nem chegam a pensar sobre o assunto.

Voltemos a discorrer sobre a importância do professor, para os alunos, sobre a discussão acerca da contracepção. Para visualizarmos esta importância e /ou posição que ocupa o professor como o sujeito que ajuda os jovens em suas dúvidas e anseios sobre sua sexualidade, principalmente no tema trabalhado, foi elaborada a seguinte pergunta, cujos resultados são expostos na figura seguinte (figura 9):

Figura 9



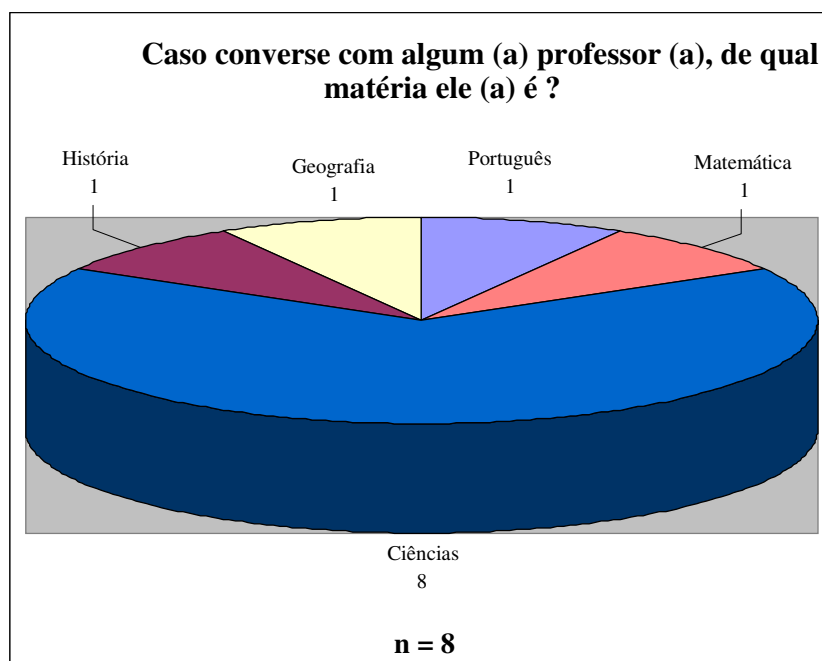
Cerca de um terço dos estudantes ouvidos disse que não conversa sobre gravidez na adolescência com seus professores (as). Este perfil de resposta é intrigante, pois quando perguntados sobre terem ou não dúvidas sobre o assunto, 15 alunos responderam “sim”. No entanto, quase a metade dos adolescentes não conversa com seus professores como indica a figura 9.

Estes resultados podem nos ajudar a visualizar com mais clareza a possível contradição – anteriormente apontada – existente entre “tirar dúvidas” e “conversar”. Se em um primeiro momento tais atitudes são consideradas análogas, podemos vislumbrar a possibilidade de

elas serem distintas. Desta hipótese, pode vir a incoerência entre os resultados apontados na figura acima e na figura 7.

Será o professor de Ciências o mais capacitado para tratar temas em Sexualidade, como a gravidez na adolescência? Não podemos afirmar com certeza. No entanto, podemos ter uma idéia da opinião dos alunos em relação a esse questionamento. Para melhor compreendermos o que pensam os alunos a esse respeito, foi proposta a eles a questão mostrada na figura 10:

Figura 10



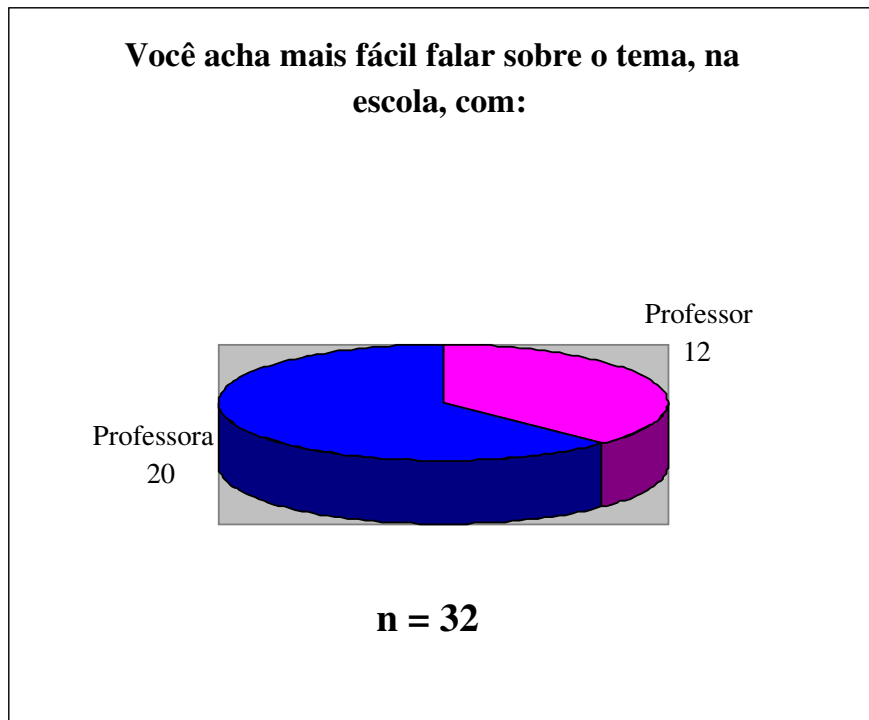
A pergunta acima foi aberta; aos alunos foi permitido citar livremente as disciplinas dos professores com quem conversavam. Entre os poucos que afirmaram o fazer – oito em um total de 32 – todos apontaram um profissional em especial: o (a) professor (a) de Ciências.

Apesar de os demais docentes – História, Geografia, Português, Matemática – serem citados, eles parecem não constituir uma fonte de interlocução significativa para os jovens ouvidos na pesquisa.

A disciplina de Língua Inglesa, que representa o ensino de Língua Estrangeira no colégio onde foi realizada a pesquisa, não foi citada por nenhum aluno.

Muito importante em qualquer estudo sobre Sexualidade, a questão do gênero não poderia estar de fora deste trabalho (como no capítulo “A Questão do Gênero”). Ainda mais se considerarmos que a grande maioria do corpo docente dos Ensinos Fundamentais I e II é do sexo feminino, e os adolescentes entrevistados, do sexo masculino. A questão, neste ponto, é: como será que o fato de ter professores ou professoras para conversar sobre contracepção interfere na maneira como os estudantes encaram o tema?

Figura 11



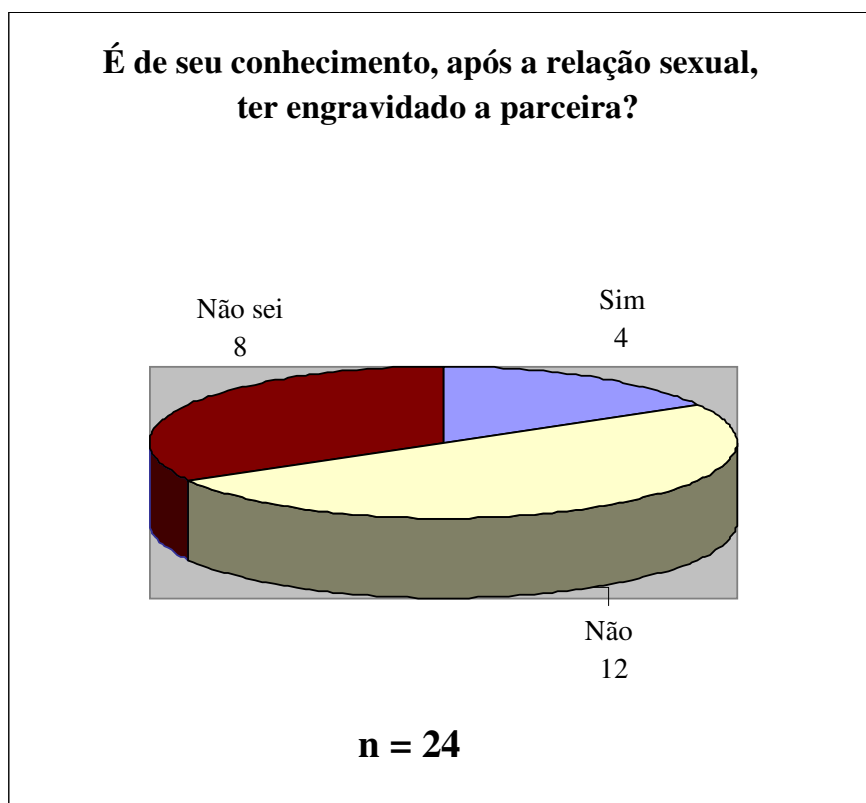
As respostas a esta questão foram surpreendentes, uma vez que a idéia de que “homem se abre mais com homem” e “mulher se abre mais com mulher” parece ser considerada, por muitos, como verdade absoluta – 20 alunos entre 32 consideram ser mais fácil conversar com uma professora do que com um professor. A figura 11 desmitifica, por si própria essa idéia tão equivocadamente difundida!

- 4) A paternidade adolescente: da possibilidade à realidade.

Quando a gravidez acontece – não considerando o motivo – os meninos têm reações e atitudes diferentes. E sob a perspectiva dos adolescentes do sexo masculino, essas reações e atitudes são pouco abordadas na literatura (nas áreas de Saúde, Educação, Sociologia e outras afins).

Os adolescentes que responderam já ter tido relação sexual, também responderam questões referentes ao conhecimento sobre uma possível gravidez da parceira (figura 12) e como reagiram quando se viram diante da confirmação da gravidez (figura 13).

Figura 12

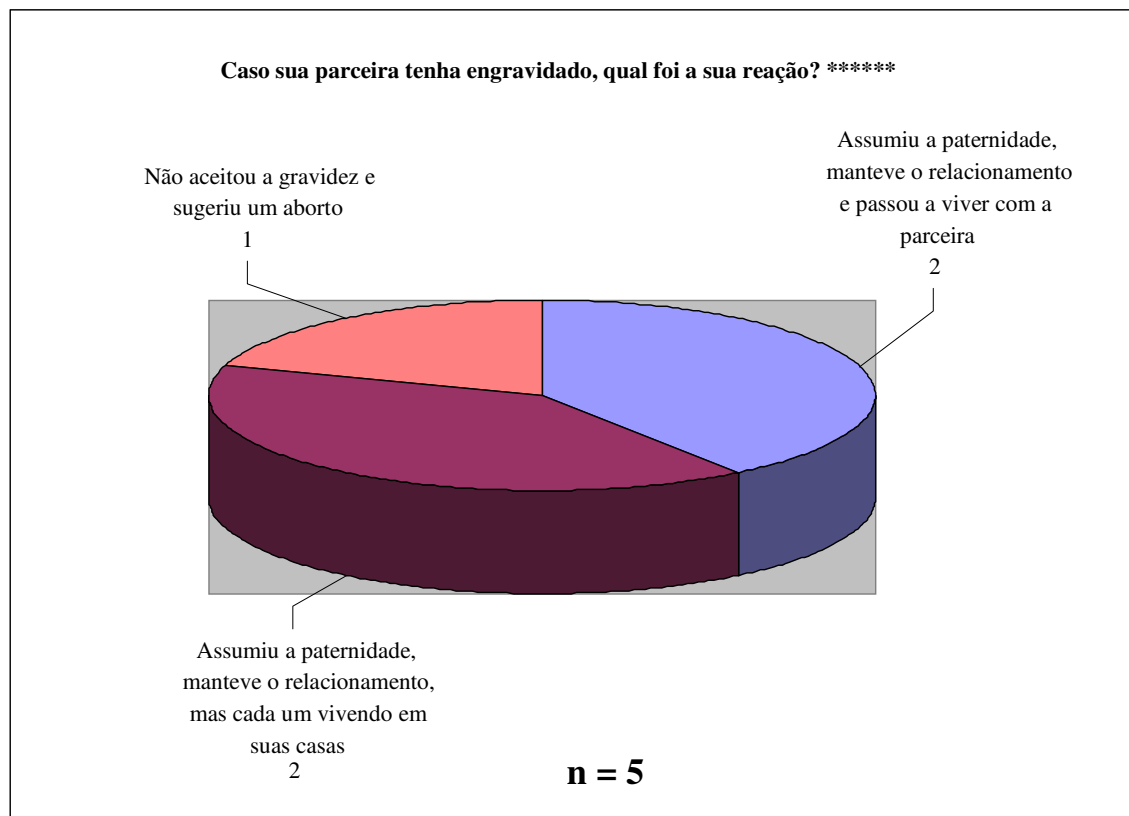


Os resultados acima revelam que metade dos adolescentes que mantêm relações sexuais tem conhecimento de não ter engravidado a parceira.

Por outro lado, oito deles afirmaram não saber se engravidaram ou não a parceira. Este número, além de significativo, evidencia uma contradição: se todos os adolescentes entrevistados responderam, na primeira pergunta do questionário (figura 1), ser do homem e da mulher a responsabilidade por uma gravidez não planejada, por que uma parcela tão significativa afirmou sequer ter conhecimento sobre a possibilidade de uma gravidez da parceira? Seria o “politicamente correto” – apontado no início do capítulo – o responsável por tal contradição?

Somente quatro estudantes responderam saber, de fato, que engravidaram sua parceira após uma relação sexual. Mas como será que eles reagiram diante desta realidade? Vejamos na figura 13 as respostas:

Figura 13



No que tange à reação dos adolescentes perante a confirmação da gravidez de sua parceira, o questionário propôs, para a pergunta representada na figura acima, as seguintes alternativas:

- Assumiu a paternidade, manteve o relacionamento e passou a viver com a parceira.
- Assumiu a paternidade, manteve o relacionamento, mas cada um vivendo em suas casas.
- Assumiu a paternidade e rompeu o relacionamento.

- Não assumiu a paternidade e rompeu o relacionamento.
- Não aceitou a gravidez, pois a prevenção é de responsabilidade da menina.
- Não aceitou a gravidez e sugeriu um aborto.

O padrão de respostas revelou que nos poucos casos em que a gravidez foi confirmada (figura 12), os estudantes adotaram três das cinco alternativas propostas na questão – “assumi a paternidade, manteve o relacionamento e passou a viver com a parceira”; “assumi a paternidade, manteve o relacionamento, mas cada um vivendo em suas casas” e “não aceitou a gravidez e sugeriu um aborto”.

Em primeiro lugar, temos que considerar que o número de adolescentes cujas gestações foram confirmadas, mostrou-se relativamente baixo (quatro, de um total de 24, como indica a figura 12).

Em segundo lugar, as alternativas que poderiam traduzir, para os adolescentes, a forma como lidaram com uma gestação não planejada foram elaboradas detalhadamente. Isso permitiu que eles escolhessem, de maneira mais incisiva possível, a resposta que mais refletisse sua realidade.

No entanto, nesta questão, pode-se observar um fato curioso: segundo a pergunta cujos resultados se encontram na figura 12, quatro adolescentes afirmaram terem conhecimento da gravidez de sua parceira; no entanto, cinco responderam à pergunta que se

refere à reação que tiveram. Analisando separadamente cada questionário, pôde-se ver a causa desta contradição: um adolescente que afirmou não saber se a parceira engravidou, respondeu ter sugerido o aborto a ela.

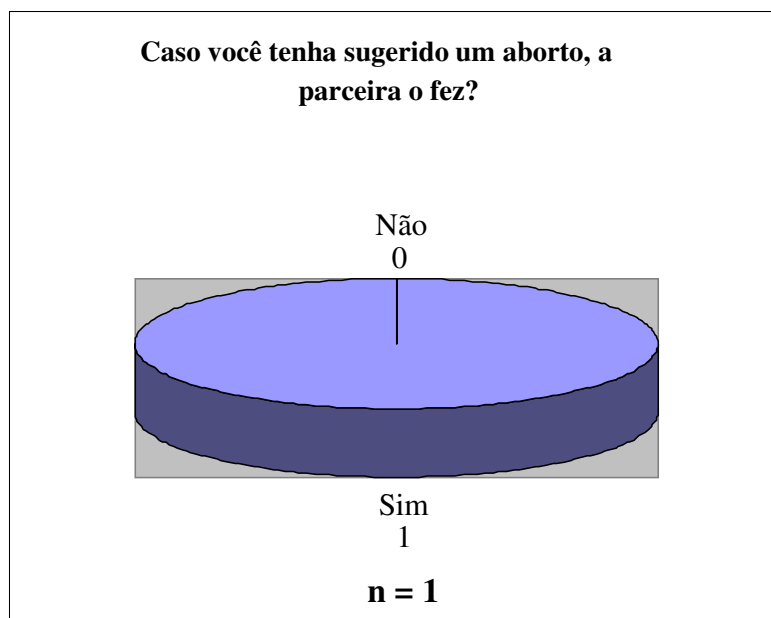
Logo, temos a seguinte constatação: entre os meninos que de fato se viram como futuros pais – quatro no total – todos assumiram a paternidade. Mesmo que esta paternidade não esteja relacionada, necessariamente, à solidificação do relacionamento, pois dois adolescentes decidiram continuar morando com parentes (como era antes da gravidez), e dois passaram a morar com a futura mãe de seus filhos.

O aborto é ilegal no Brasil, salvo em casos em que há risco de morte para a gestante e quando a gravidez resulta de estupro (Artigo 128 do Código Penal Brasileiro). No entanto, essa prática é realizada em muitos casos de gestações não planejadas, sobretudo em adolescentes. Segundo muitos estudos, o aborto chega a ponto de se tornar uma prática contraceptiva (SOUZA *et alli*, 2001).

A gravidez na adolescência figura de maneira significativa entre as causas de morte de jovens entre 15 e 19 anos, seja pelas complicações da gravidez, do parto ou por práticas clandestinas de aborto (Ministério da Saúde, 1999).

Na pesquisa feita com os adolescentes no presente trabalho, somente um sugeriu o aborto à sua parceira. E ela o fez, como mostra a figura 14:

Figura 14



Por mais que o aborto seja uma prática ilegal em nosso país e que represente um sério risco para a saúde de muitas jovens, observamos que somente uma entre as quatro gestações confirmadas foi interrompida por um aborto.

Dentro do contexto de gestações não planejadas, muitos abortos poderiam ser evitados – o que contribuiria para a redução de mortalidade materna – se os métodos contraceptivos fossem utilizados de maneira correta.

De uma forma geral, podemos observar certa contradição entre os conhecimentos que os jovens afirmam ter e a utilização dos mesmos em seu cotidiano. Deste modo, uma

grande lacuna se forma entre a bagagem de informações a que eles têm acesso e a que eles colocam em prática.

É de grande valia também lembrarmos que algumas respostas podem estar envoltas no manto do “politicamente correto”. Tal observação pode ser comprovada – ao menos em minha experiência docente – pelo desconhecimento de noções básicas em Sexualidade, como posição anatômica dos órgãos genitais, funcionamento do ciclo menstrual e funcionamento de métodos contraceptivos, inclusive o mais popular: o condon.

Portanto, meninos que se tornam pais podem ser meninos desinteressados em aprender sobre contracepção porque algo em sua trajetória permitiu que eles permanecessem deseducados em relação ao assunto – como, por exemplo, a falta de identificação com seus interlocutores, principalmente na escola. Mas como despertar ou recuperar o interesse em conhecer as diferentes formas de viver a sexualidade de maneira plena, saudável e responsável, sem ter que, forçosamente, engravidar a parceira? A investigação deve começar na procura de fatores que fazem parte do elenco de expectativas desses jovens; assim, a aprendizagem tornar-se-á um pequeno grande passo rumo a uma educação que resulte em jovens sexualmente sadios e capazes de experimentar passo-a-passo as descobertas que o sexo proporciona. Desta maneira, poderemos encontrar meninos interessados em não engravidar suas parceiras, pois foram educados com um conceito bem definido: o sexo, com todos seus prazeres e responsabilidades, não precisa estar atrelado, necessariamente à paternidade.

10. CONCLUSÃO

Pode-se dizer que à pergunta-tema do presente trabalho não foram dadas respostas, mas algumas pistas. Os pais meninos não são totalmente desinformados, pois, apesar de demonstrarem um nível considerável de falta de informações sobre contracepção, afirmaram, ao menos, conhecer os métodos citados no questionário. Desinteressados? Acredito estar aí um importante passo para chegarmos à resposta. A forma como os meninos lidam com diferentes informações, sobretudo no âmbito de Sexualidade, influencia diretamente na aplicação da mesma em suas vidas.

A questão do gênero tem também uma posição crucial nesta discussão, pois permeia de maneira considerável as atitudes que eles tomam em relação à sua sexualidade. Apesar de quase todos os entrevistados terem respondido que a responsabilidade de uma gravidez não planejada é do homem e da mulher, no discurso destes jovens – passado de mães e pais para filhas e filhos – destacam-se os bordões de que “a mulher é quem engravida; logo, que se previna!”; “o homem tem mais desejo sexual que a mulher, e precisa satisfazê-lo sempre, com o maior número de mulheres” e a máxima quando o assunto é especificamente a contracepção: “não dá para transar com camisinha; é como chupar bala com papel”. Sugerir uma mudança de conceitos de gênero (sobretudo no ambiente familiar) seria utópico? Onde se operaria, então tal mudança, a fim de vermos o número de jovens pais diminuir?

Talvez a escola seja o lugar onde possamos vislumbrar o estímulo a uma nova tomada de atitudes dos jovens (ou, ao menos, um começo). Mas, para isso, é necessário que esses jovens reconheçam sua escola como um local confiável, franco e respeitoso, dotado

de profissionais capacitados e abertos à avalanche de questões que afligem suas cabeças. Se o ambiente escolar continuar com seu formato atual – fechada às questões que de fato falam ao íntimo de seu alunado, repleta de educadores que repetem os mesmos conceitos engessados em sexualidade, que os alunos geralmente encontram no seio familiar, e que reproduz a desigualdade entre os sexos – ela continuará não atingindo a sua função principal: educar. E educar de forma democrática, com respeito às diferenças e às diversidades de cada indivíduo, sobretudo as sexuais, só será possível se a prática escolar corresponder a tal perfil.

A relação entre interesse e educação merece destaque, ainda mais quando a gravidez na adolescência é o tema discutido. Por hora, arrisco afirmar: quando a educação (em todas as suas fases, com todos os seus atores e todos os seus enredos) é elaborada e realizada de forma mais esclarecedora, diversa e direta possível, maiores serão as chances de a mesma despertar o interesse de seus alunos. E o resultado? Informações com mais possibilidades de serem internalizadas e utilizadas pelos jovens.

Portanto, meninos que se tornam pais podem ser meninos desinteressados em aprender sobre contracepção porque algo em sua trajetória permitiu que eles permanecessem deseducados em relação ao assunto – como, por exemplo, a falta de identificação com seus interlocutores, principalmente na escola. Mas como despertar ou recuperar o interesse em conhecer as diferentes formas de viver a sexualidade de maneira plena, saudável e responsável, sem ter que, forçosamente, engravidar a parceira? A investigação deve começar na procura de fatores que fazem parte do elenco de expectativas desses jovens; assim, a aprendizagem tornar-se-á um pequeno grande passo rumo a uma educação que resulte em jovens sexualmente saudáveis e capazes de experimentar passo-a-

passo as descobertas que o sexo proporciona. Desta maneira, poderemos encontrar meninos interessados em não engravidar suas parceiras, pois foram educados com um conceito bem definido: o sexo, com todos seus prazeres e responsabilidades, não precisa estar atrelado, necessariamente à paternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, R. A.; SILVA, L.; SILVA, F. A.; DINIZ, R. E. S. Desenvolvimento de uma proposta de Educação Sexual para adolescentes. *Ciência & Educação*, 14(1): 159-68, 2008.

ALMEIDA, A.F.F.; HARDY, E. Vulnerabilidade de gênero para a paternidade em homens adolescentes. *Rev Saúde Pública*, São Paulo, 41(4): 565-72, 2007.

AMATO, P. R. More than money? Men's contributions to their children's lives. In: Booth, A. & Crouter, A. C. (Org.). *Men in families: when do they get involved? What difference does it make?* (p. 241-278). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M. L; KNAUTH, D.; BOZON, M.; ALMEIDA, M.C., ARAÚJO, J.; *et al.* Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad Saúde Pública*, 19 (Sup 2): S377-88, 2003.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____ *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BADINTER, E. *Um é o Outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BÉJIN, A. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, p.183-193, 1985.

BEMFAM (Sociedade Civil do Bem Estar Familiar no Brasil). Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1996. Rio de Janeiro; 1997.

_____ (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil). Adolescentes, Jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Um Estudo sobre Fecundidade, Comportamento Sexual e Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro: BEMFAM. 1999.

BERQUÓ E., coordenadora. Comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/AIDS. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2000. (CEBRAP: Série Avaliação, n.4).

BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.

BOZON, M., ENOCH, E. Brésil: la transition démographique rapide d'un pays hétérogène. *Population et Sociétés*, n. 345, avril 1999.

BRANDÃO, E. R. Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, 1997c.

CABRAL, C. S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S283-S292, 2003.

CABRAL, J.T. *A sexualidade no mundo ocidental*. São Paulo: Ed. Papirus, 1995.

CARIDADE, A. O adolescente e a sexualidade. In: Schor, N., Mota, M. S. F. T. & Branco, V. C. (Org.). *Cadernos juventude, sexualidade e desenvolvimento*. (p. 206-212). Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

CARLINI-COTRIM, B.; GAZAL-CARVALHO, C.; GOUVEIA, N. Comportamento de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana de São Paulo. *Rev Saúde Pública*, 34(6): 636-45, 2003.

CARVALHO, M. L. O.; PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. *Rev Saúde Pública*, São Paulo, 35(1): 23-31, 2001.

CAVALCANTI, R. *A História Natural do Amor*. São Paulo: Gente, 1995.

DIAS, A.B.; AQUINO, E.M.L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(7): 1447-1458, jul., 2006.

FILGUEIRAS, V. M. S. A. Educação, um compromisso feminino? PROJETO EDUCARTE e a questão de gênero na formação de Educadores Sexuais. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; mai. 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, v.2, 1984.

_____ *A Mulher / Os Rapazes: Da História da Sexualidade*. Tradução de Maria Theresa da Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURLANI, J. *Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: *Homens e Masculinidades: Outras Palavras*. M. Arilha; S. G. U. Ridenti & B. Medrado (Org), p. 31-50, São Paulo: ECOS/ Editora 34, 1998.

GIFFIN, K. Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica. In: Giffin K.; Costa S.H. (Org.). Questões de saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999. p.79-91.

GOLDENSON, R.M. & ANDERSON, K.M. *Dicionário de Sexo*. São Paulo: Ática, 1989.

GUAJARDO, S. N.; ÑONEDERRA, R. D.; HENRÍQUEZ, M. E. C.; ADAROS, K. M. El adolescente y sus principales motivos de consulta en una unidade especializada. *Cuad Méd Soc.* (Santiago de Chile), 24(2):55-9, 1983.

GUIMARÃES, A.M.D.N.; VIEIRA, M.J.; PALMEIRA, J.A. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Rev Latino-am. Enfermagem*, 11(3): 293-8, mai. / jun., 2003.

HEILBORN, M.L; SALEM, T.; ROHDEN, F.; BRANDÃO, E.; KNAUTH, D.; CERES, V.; AQUINO, E.; McCALLUM, C.; BOZON, M. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência: etapa qualitativa da Pesquisa GRAVAD. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 8(17): 13-45, jun., 2002.

HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEME, J. M. *O Problema Venéreo*. São Paulo: Faculdade de Medicina de São Paulo, 1926, p. 66.

LEVANDOWSKI, D. C. E.; PICCININI, C. A. A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (2): 413-24, 2002.

LYRA, J.; MEDRADO, B. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: Schor N, Mota MSFT, Castelo Branco V, organizadores. *Cadernos: Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, p. 230-48, 1999.

MASTERS, W.H.; JOHNSON, V.E.; KOLODNY, R. C. *O relacionamento amoroso: segredos do amor e da intimidade sexual*. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa, Carlos David de Oliveira Soares, Sonia Levi Carneiro e Paula Maria Rosas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MOREIRA, M.; MASINI, E. *Aprendizagem Significativa - A teoria de David Ausubel*. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

MURARO, R.M. *Homem e Mulher: Início de uma Nova Era/ uma introdução ao pós - patriarcado*. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

NIETZSCHE, F. *A Genealogia da Moral*. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2ª ed.

NOVAK, J.D.; GOWIN, D. B. *Learning How to Learn*. Cambridge University Press, 1986.

ORLANDI, R.; TONELI, M. J. F. Sobre o processo de constituição do sujeito face à paternidade na adolescência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 11(18): 257-67, dez. 2005.

PALMA, I.; QUILODRAN, C. Opções masculinas: jovens diante da gravidez. In: Costa, A. O. (Org.). *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina* (p. 141-171). São Paulo: Ed. 34, 1997.

PANIZ, V.M.V.; FASSA, A.G. ; SILVA, M.C. Conhecimento sobre anticoncepcionais em uma população de 15 anos ou mais de uma cidade do Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(6):1747-1760, nov / dez, 2005.

ROMERO, K. T.; MEDEIROS, E. H. G. R.; VITALLE, M. S. S.; WEHBA, J. O. Conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, 53(1): 14-9, 2007.

SOUZA, V. L. C., CORRÊA, M. S. M., SOUZA, S.L., BESERRA, M.A. O aborto entre os adolescentes. *Rev Latino-am Enfermagem*, 9(2): 42- 7, mar. 2001.

TAYLOR, T. *A Pré-História do Sexo: Quatro Milhões de Anos de Cultura Sexual*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIEIRA, L.M.; SAES, S.O.; DÓRIA, A.A.B.; GOLDBERG, T.B.L. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 6(1): 135-140, jan. / mar., 2006.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WILSHIRE, D. “Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento”. In: JAGGAR, A.M; BORDO, S. (Org.). *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Tradução de Britta Lemos Freitas. (p. 101-125). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ANEXO

Questionário

Este questionário faz parte de uma pesquisa científica do curso de Especialização em Ensino de Ciências e Biologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Não é preciso você se identificar (escrever o seu nome). Desde já obrigada por suas atenção e colaboração.

Assinale um **X** nas respostas que correspondem à sua realidade, e complete o que for necessário. Para que este questionário tenha validade, **não deixe nenhuma resposta em branco**, por favor.

Sexo: (M)

Idade: _____

Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

Série/Ano: _____

Data: ____/____/____

1. De quem é a responsabilidade de uma gravidez não planejada?

() Da mulher. () Do homem. () Do homem e da mulher. () Não sei.

2. Quais métodos contraceptivos você conhece?(Você pode marcar mais de uma resposta).

() Camisinha masculina () Camisinha feminina () Pílula. () Diafragma. () DIU. () Espermicida. () Coito interrompido. () Tabela.

3. Você já utilizou alguns dos métodos citados acima?

() Sim. () Não.

Qual (is)?

4. Você tem dúvidas sobre os métodos contraceptivos?

() Sim. () Não.

5. Caso você tenha respondido SIM à pergunta 4, com quem você tira essas dúvidas? (Você pode marcar mais de uma resposta).

() Com amigos. () Com a família. () Com a namorada. () Com professores (as).
() Com revistas, livros, jornais e/ou internet. () Com o médico () Com ninguém.

6. Você já teve relação sexual?

Sim. Não.

7. Caso você tenha respondido SIM à pergunta 6, você se preocupou em se prevenir para não engravidar a parceira?

Sim. Não.

8. É do seu conhecimento, após a relação sexual, ter engravidado a parceira?

Sim Não Não sei

9. Caso você tenha respondido SIM à pergunta 8, (a parceira ter engravidado) qual foi a sua reação?

- Assumi a paternidade, manteve o relacionamento e passou a viver com a parceira.
- Assumi a paternidade, manteve o relacionamento, mas cada um vivendo em suas casas.
- Assumi a paternidade e rompeu o relacionamento.
- Não assumi a paternidade e rompeu o relacionamento.
- Não aceitou a gravidez, pois a prevenção é de responsabilidade da menina.
- Não aceitou a gravidez e sugeriu um aborto

10. Caso você tenha sugerido um aborto, a parceira o fez?

Sim Não.

11. Você discute e conversa sobre planejamento familiar (como planejar e/ou evitar uma gravidez) em que ambiente ou com quem? (Você pode marcar mais de uma resposta).

- Na família. Na escola. Com amigos. Com a namorada.
- Com revistas, livros, jornais e/ou internet. Com o médico Com ninguém.

12. Você já conversou com algum (a) professor(a) sobre gravidez na adolescência?

Sim. Não.

Caso tenha respondido SIM à pergunta 12, você conversou com o (a) professor (a) de qual matéria?

13. Você acha mais fácil falar sobre o tema, na escola, com:

Professor? Professora?